



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

ELVANICE DIAS DOS SANTOS

**INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II, NA ETI
CAROLINE CAMPELO CRUZ DA SILVA, NO MUNICÍPIO DE PALMAS - TO**

Palmas – TO
2019

ELVANICE DIAS DOS SANTOS

**INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II, NA ETI
CAROLINE CAMPELO CRUZ DA SILVA, NO MUNICÍPIO DE PALMAS - TO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciatura em Letras do curso de Graduação em Letras- Habilitação em Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, Campus Palmas/TO.

Professor Orientador: Profª Drª Débora Maria dos Santos Castro Silva

**Palmas - TO
2019**

Santos, Elvanice Dias dos.

Inclusão de Alunos Surdos no Ensino Fundamental II, na ETI.
Caroline Campelo Cruz da Silva, no Município de Palmas TO/Elvanice
Dias dos Santos / Palmas – TO, 2019.
62f.

Monografia (Licenciatura em Letras / Habilitação e Língua
Portuguesa) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Tocantins. *Campus* Palmas, 2019.

Orientador: Prof^a. Dr^a Débora Maria dos Santos Castro Silva

Educação Inclusiva. 2. Inclusão do aluno surdo. 3. Ensino bilíngue. 4.
Políticas públicas. 5. Ensino regular I. Título

ELVANICE DIAS DOS SANTOS

**INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II, NA ETI
CAROLINE CAMPELO CRUZ DA SILVA, NO MUNICÍPIO DE PALMAS - TO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciatura em Letras do curso de Graduação em Letras- Habilitação em Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, Campus Palmas/TO.

Professora Orientadora: Prof^a Dr^a Débora Maria dos Santos Castro Silva

Aprovado em: ____/____/2019.

Prof^a. Dr^a. Débora Maria dos Santos Castro Silva
IFTO – CAMPUS PALMAS

Prof^a Especialista Alini Cardoso de Albuquerque Alves
IFTO – CAMPUS PALMAS

Prof^a Auricelia Alencar da Silva Fernandes
IFTO – CAMPUS PALMAS
Palmas – TO

2019

"O sucesso, e a realização de sonhos na vida pessoal, e profissional, é como a musculação nas academias; requer preparo, dedicação, eficácia, e paciência... O resultado virá, mas com o tempo..."

Wellington Martins

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus, pois sem ele nada somos. Apesar de todos os desafios e obstáculos superados nessa trajetória, a minha fé se renovou. Agradeço a minha família e principalmente ao meu esposo que foi o meu maior incentivador, por vezes pensei em desistir, mas ele me incentivou para que eu não desistisse, uma vez que a realização de um sonho não tem preço.

Agradeço aos meus pais, pessoas com pouca instrução, mas de muitos valores, que me ensinaram o que há de mais importante: o respeito ao próximo, a tolerância, a ética, o respeito à opinião e ao ponto de vista das pessoas.

Agradeço também aos meus professores do Instituto Federal que me mostraram outra forma de ver o sistema educacional, e como ser um bom profissional, porque sempre há algo se aprender.

Agradeço também aos meus colegas que nos trabalhos coletivos contribuíram para o meu crescimento intelectual, respeitando cada um.

Agradeço a minha orientadora, que teve toda a dedicação por ter me orientado mostrando os caminhos e todas as possibilidades para a realização e sucesso da minha pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa investiga o processo de inclusão de alunos surdos no ensino regular no município de Palmas, intitulada “Inclusão de alunos surdos no ensino fundamental II, na ETI Caroline Campelo Cruz da Silva, no Município de Palmas – Tocantins”. Seu objetivo é compreender as questões que envolvem a inclusão de alunos surdos nas escolas regulares, verificando como estão sendo aplicados os métodos pedagógicos de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa na modalidade escrita para alunos com necessidades educacionais, os alunos diagnosticados com surdez. Para desenvolver a pesquisa, utilizamos como referencial teórico um breve estudo sobre o contexto histórico da educação especial e educação inclusiva no Brasil, e também fizemos uma análise comparativa da operacionalização das leis na teoria e na prática, que foram criadas para promover a inclusão desses educandos nas escolas regulares. Assim, foi possível realizarmos um trabalho com resultados significativos, fazendo um levantamento bibliográfico desde os primórdios até os dias atuais. A pesquisa foi realizada por meio de coleta de dados e também junto à secretaria do município de Palmas, Tocantins, fazendo-se um estudo estatístico que informa quantos alunos surdos estão inseridos na rede municipal de Palmas. Quanto aos dados gerados, realizamos uma pesquisa de campo com os sujeitos da pesquisa, com a professora de Libras e a professora regente de Língua Portuguesa na modalidade escrita, que responderam a uma entrevista semiestruturada, com o intuito de obter respostas relevantes sobre o tema da inclusão dos educandos surdos. O resultado da pesquisa procurou evidenciar a realidade vivenciada pelos alunos surdos inseridos em escolas regulares, que têm como proposta o ensino bilíngue nas salas regulares. Por fim, chegamos à conclusão de que para haver uma proposta de ensino bilíngue no século XXI que resulte num aprendizado relevante de uma segunda língua é preciso acreditar e promover ações de políticas públicas que possibilitem a esses alunos diagnosticados com surdez a inclusão de fato.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Inclusão do aluno surdo. Ensino bilíngue. Políticas públicas. Ensino regular.

ABSTRACT

This research investigates the process of inclusion of deaf students in regular education in the City of Palmas, entitled "Inclusion of deaf students in elementary education II, at the full-time school Caroline Campelo Cruz da Silva, in the City of Palmas, State of Tocantins. It aims to understand the issues that involve the inclusion of deaf students in regular schools, verifying how the pedagogical methods of Portuguese language teaching-learning has been applied in written form for students with educational needs, students diagnosed with deafness. In order to develop the research, we used as a theoretical reference a brief study about the historical context of special education and inclusive education in Brazil and we also made a comparative analysis of the application of laws in theory and practice, which were created to promote the inclusion of these students in regular schools. Therefore, it was possible to execute a work with significant results, making a bibliographical survey from the beginnings to the present day. The research was made through data collection and also with the secretariat of Palmas city, State of Tocantins, making a statistical study that informs how many deaf students are included in the city network of Palmas. In relation to the data generated, we conducted a field research with the people of it, with the teacher of "Libras" (Brazilian sign language) and the regent teacher of Portuguese Language in the written modality, who answered a semistructured interview, in order to obtain relevant answers about the inclusion of deaf students theme. The result of the research sought to highlight the reality experienced by deaf students included in regular schools, which have as proposal bilingual education in regular classrooms. Finally, we conclude that in order to have a proposal for bilingual education in the 21st century that results in a relevant learning of a second language, it is necessary to believe and promote public policy actions that allow those students diagnosed with deafness to be really included.

Keywords: Inclusive Education. Inclusion of the deaf student. Bilingual education. Public policy. Regular education

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC.....	Base Nacional Comum Curricular
SEMED	Secretaria Municipal da Educação
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP.....	Projeto Político Pedagógico
LP2.....	Língua Portuguesa Escrita
LP1.....	Língua Brasileira de Sinais
P1.....	Professora de Libras
P2.....	Professora Regente
E.....	Graduanda

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Nível de Audição em Decibéis.....	23
Quadro 2: Normas para Transcrição.....	28
Quadro 3: Sujeitos da Pesquisa.....	31-32

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS ALUNOS SURDOS.....	17
3. PROPOSTA DE ENSINO BILÍNGUE PARA ALUNOS SURDOS NAS ESCOLAS REGULARES.....	21
4. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS SURDOS NO CONTEXTO ESCOLAR.....	26
5. PROCEDIMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS.....	28
5.1. O Desenho Metodológico da Pesquisa.....	29
6. LOCAL E SUJEITOS DA PESQUISA.....	30
7. AS ESCOLAS MUNICIPAIS E A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS EM PALMAS - To.....	32
8. REFLEXÕES E ANÁLISE DO CORPUS DO <i>CORPUS</i> DA PESQUISA.....	34
9. ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DA ETI CAROLINE CAMPELO CRUZ DA SILVA.....	37
10. ANÁLISE DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	41
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48
13. ANEXO I – Entrevista Semiestruturada (P1).....	51
14. ANEXO II – Entrevista Semiestruturada (P2).....	58
15. ANEXO III – Documento de Autorização da Pesquisa.....	62

1 INTRODUÇÃO

No Município de Palmas – Tocantins, a rede municipal de ensino conta com 44 escolas de ensino fundamental que atendem mais de 25.336 alunos do 1º ao 9º ano, e 293 alunos com Atendimento Especializado nas regiões/centro/sul/norte/campo.

A escola pesquisada ETI Caroline Campelo Cruz da Silva, localizado no setor Santa Fé II, na região sul de Palmas, de acordo com o senso escolar de 2017, tem cerca de 1.213 alunos matriculados na Instituição, no Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano e 66 alunos na Educação Especial, esses dados foram coletados na página WWW. Qedu.org que tem todos os dados das escolas de Palmas – Tocantins.

A Pesquisa qualitativa foi realizada com uma turma do 6º ano do ensino fundamental II, tem 2 (dois) alunos matriculados diagnosticados com surdez, com comprovação de laudo médico.

O estudo pretende mostrar através das vivências dos professores e alunos como acontece o trabalho no processo de educação inclusiva na rede municipal de Palmas – TO, na atualidade. Mas para compreendermos o que é de fato a educação inclusiva, antes é necessário identificarmos a diferença entre Educação Especial e Educação Inclusiva.

Por conseguinte, o conceito de “Educação Especial” é atender os alunos com deficiências no campo da aprendizagem e transtornos globais de desenvolvimento em instituições especializadas, tais como escolas para surdos, escolas para deficientes mentais, escolas para cegos ou escolas para atender pessoas com deficiência intelectual, entre outras.

Já a Educação Inclusiva consiste em um processo em que se amplia a inclusão de todos os estudantes com necessidades educacionais e especiais, matriculados nas escolas de ensino regular. Quando nos referimos à educação inclusiva, vale ressaltar que é necessária uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas implantadas e vivenciadas nas escolas regulares, de certa forma que estas respondam à diversidade de todos os alunos.

É importante ressaltar que quando tratamos das minorias na sociedade, o tema é sempre bastante polêmico, em virtude do contexto histórico da educação

inclusiva de alunos surdos no Brasil mostrar que houve várias implicações na sua trajetória referente ao processo de inclusão desses alunos. Aqui nos referimos ao fracasso de muitos métodos já testados por algumas instituições no passado com o ensino através do oralismo. Mesmo assim, algumas pesquisas realizadas por médicos e educadores na tentativa de encontrar qual a melhor maneira de incluir alunos surdos no ensino regular trouxeram avanços no tocante à inclusão desses adolescentes ao longo da história.

Porém, o avanço mais importante surgiu somente a partir do reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Lei nº 10. 436/02) como língua materna de pessoas surdas. Essa lei também garante que a comunidade surda tenha um suporte para o seu aprendizado e interação social.

Aproximadamente três anos após a aprovação da lei 10.436/02, foi aprovado o decreto de nº 5.626/05, que exige que o Sistema Educacional Brasileiro se reorganize para atender a todas as pessoas diagnosticadas com surdez, no sentido de que tenham todas as oportunidades e igualdade de direitos, sendo que os alunos surdos têm potenciais, assim como qualquer outro aluno, mas é preciso que haja um atendimento especializado quanto ao seu ensino/aprendizagem.

Entretanto, o que notamos durante a realização da pesquisa é que a inclusão de alunos considerados minorias, em decorrência de um ensino preparado para a maioria, torna-se um problema, pois os alunos surdos requerem uma atenção e um atendimento diferenciado, mas o projeto pedagógico foi elaborado para atender à maioria, fazendo com que estes alunos, que são minoria, tenham que se adaptar no espaço escolar.

Assim, percebemos que toda a história da educação especial e da educação inclusiva precisam ser analisadas permanentemente. As leis que promovem a educação inclusiva só foram implantadas por pressão do poder público, e a justiça foi pressionada pela sociedade e principalmente pelas famílias que têm membros com alguma deficiência, no entanto a educação inclusiva está associada a muitos fatores, como à falta de conhecimento da sociedade e principalmente à dificuldade que os gestores da educação têm em identificar qual método pedagógico que será utilizado para melhor atender os alunos surdos.

Embora os surdos tenham a lei a seu favor, ela não é garantia de que esses alunos sejam incluídos no ambiente escolar, por isso podemos destacar

alguns pontos importantes como o investimento na capacitação de professores e na profissão de intérpretes.

Como agravante, a sociedade ainda não está plenamente preparada para inserir essas pessoas que são diagnosticadas com surdez, seja ela congênita ou adquirida.

Segundo Stainback (1999), sem dúvida, a razão mais importante para o ensino inclusivo é o valor social da igualdade. Ensinamos os alunos através do exemplo que, apesar das diferenças, todos nós temos direitos iguais. Em contraste com as experiências passadas de segregação, a inclusão reforça a prática da ideia de que as diferenças são aceitas e respeitadas.

Por isso que é extremamente importante fazer com que a criança se sinta incluída na sala de aula. No caso da criança com surdez, é necessário que haja um intérprete para auxiliá-la, para mediar a interação entre professor/aluno e mediador/aluno em sala de aula.

Dessa forma, o aprendizado desses jovens será relevante, pois as salas de aula das escolas regulares do município são na maioria das vezes compostas por 40 alunos. Isso significa que ter um aluno surdo em uma sala, com um método de ensino preparado para a maioria, é um desafio para o educador e também para o aluno. É necessário que esse professor conheça as necessidades educacionais desse novo aluno, e faça as adaptações necessárias em suas aulas utilizando métodos de inclusão nas atividades em grupo e individual. Isso implica respeitar a sua condição diante do seu modo de interação, que envolve um modelo espaço visual.

A esse respeito Goes (2002) argumenta que:

A corrente da comunicação total propõe o uso de múltiplos meios de comunicação, através de recursos linguísticos e não linguísticos, combinando sinais, oralização, leitura oro-facial, gestos, linguagem escrita, datilologia (soletração manual), pantonima, desenho etc. É recomendado que esses recursos sejam ajustados às necessidades e possibilidades dos alunos (GÓES, 2002, p.3 *apud* EVANS, 1982; CICCONE, 1990; MOURA, 1993).

As considerações dos autores nos levam a um questionamento, se a escola está inserindo esses alunos de fato, pois os alunos surdos tendo a Libras como Língua Materna deveriam utilizá-la como suporte para aprender a Língua Portuguesa na modalidade escrita.

Isto porque, segundo Lacerda & Santos (2014, p. 19), “O segredo para o bom desenvolvimento da linguagem de uma criança surda é propiciar a ela as mesmas oportunidades que são oferecidas naturalmente a uma criança ouvinte”.

Por isso a importância de uma educação bilíngue para alunos surdos, utilizando a língua materna como principal meio de interação no ambiente escolar para aprender a Língua Portuguesa na modalidade escrita com as mesmas competências linguísticas da sua língua materna. Isso porque qualquer aluno com deficiência diante de uma sociedade carregada de preconceito, poderá vir a ter necessidades educacionais no aprendizado, assim como os alunos surdos.

Desde que a Língua Brasileira de Sinais (Libras), foi reconhecida em 24 de abril de 2002 como língua materna dos surdos (L1), o Governo Federal juntamente com o estado e o município vêm promovendo políticas públicas de inclusão desses alunos nas escolas regulares em todo o país. Diante dos relatos de funcionários e alunos, podemos notar que, para que esse processo de inclusão ocorra, é necessário que Estados e Municípios promovam ações, e qualifiquem profissionais para atender os respectivos alunos.

Segundo Lacerda & Santos (2014, p.18), “o problema a ser enfrentado é: de que forma fazer isso? Como propiciar um ambiente rico e estimulador para o desenvolvimento da linguagem dos jovens surdos? É de grande importância repetirmos aqui que não se trata apenas do ensino da Libras como código ou como simples repetição de sinais”.

Portanto, o que é almejado é que os jovens utilizem a sua língua para adquirir conhecimentos. Uma vez que eles dominem a sua língua materna, nada os impedirá de construir e organizarem os seus pensamentos para se apropriarem de uma segunda língua.

A pesquisa realizada no Município de Palmas, tem o objetivo de desenvolver análises reflexivas e relatos da atualidade vivenciadas por profissionais e quais os métodos pedagógicos de ensino/aprendizagem de língua portuguesa na modalidade escrita está sendo aplicado nas escolas regulares.

Sendo assim, as perguntas para o desenvolvimento da pesquisa são: **De que maneira tem ocorrido a mediação do processo ensino/aprendizagem da língua portuguesa na modalidade escrita? Qual o método pedagógico utilizado para atender esses alunos com necessidades educacionais? Como os**

professores e gestores se capacitaram para trabalhar com esses alunos? O currículo adotado para o ensino-aprendizagem de língua portuguesa na modalidade escrita permite de fato a inclusão social dos referidos alunos?

Por conseguinte, realizamos uma entrevista semiestruturada com o foco na Educação Inclusiva de alunos surdos, a fim de, evidenciar como está sendo implantadas as políticas públicas e os métodos pedagógicos utilizados no ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa na modalidade escrita no ensino regular da rede municipal de Palmas.

Para isso, foi necessário realizar uma análise bibliográfica do contexto histórico da história da educação de alunos surdos, das leis que direcionam o sistema educacional brasileiro e a proposta de ensino Bilíngue nas escolas regulares para alunos diagnosticados com surdez.

Por fim, esta pesquisa se organiza com um breve histórico da história da educação de alunos surdos até os dias atuais, com o intuito, de mostrar as dificuldades em promover a inclusão desses alunos nas escolas regulares. Durante a entrevista pudemos identificar as dificuldades que os educandos enfrentam no espaço escolar, e como está sendo trabalhado o processo de inclusão para atender os alunos surdos.

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS ALUNOS SURDOS

A história da educação de surdos tem seus primeiros registros no século XII. Segundo a concepção greco-romana os surdos não eram considerados humanos, as crianças que nasciam com essa condição de perda auditiva, e em consequência a sua falta de fala, não tinham pensamento.

Segundo Honora (2014), Aristóteles, um respeitado filósofo da época, acreditava que a audição era o sentido mais importante para o sucesso na escolarização, portanto, baseando-se nisso, os surdos eram impedidos de receberem instruções educacionais.

Devido à falta de fala dos surdos, eles eram criados separados dos demais familiares, porque naquela época havia um preconceito enraizado, fazendo com que qualquer pessoa que não era considerada normal, fossem tratadas como inválida e discriminada por todos e até mesmo por seus familiares, que sofriam

preconceitos por terem uma pessoa inválida na família, por isso que eles eram isolados do convívio com a sociedade.

No Brasil, os principais marcos históricos de luta da inclusão de pessoas com deficiência foram chamados de paradigmas sendo eles a “**constituição**”, a “**integração**”, o “**suporte**”. E foi a partir deste período que foram inaugurados os primeiros institutos que tinham como único objetivo atender os alunos que eram considerados “portadores” de deficiência, termo que já não se utiliza mais. O termo utilizado atualmente quando nos referimos a pessoas com surdez no sistema educacional, nos referimos a alunos com necessidades específicas ou diferenciadas.

O primeiro paradigma foi a “**constituição**”, que consistia na criação de institutos para receber os indivíduos que tinham qualquer tipo de deficiência, uma espécie de hospital psiquiátrico, que não educava, mas sim os tratavam como inválidos.

O segundo paradigma ficou conhecido como “**Integração**”. Segundo Romero e Sousa (2007, p.3094), “as instituições deixam de ser locais de confinamento e passam a ter a função de preparar o deficiente para o convívio em sociedade, preparando –o para o trabalho e desenvolvendo sua auto- eficiência.” Este paradigma foi questionado pela sociedade e por familiares, que não acreditavam que as pessoas com deficiência conseguiriam exercer qualquer forma de trabalho no espaço social.

O terceiro paradigma chama-se “**suporte**” e é através deste paradigma que o Brasil estuda modos de inclusão das pessoas com deficiência. Este paradigma é o mais abrangente, pois envolve toda uma sociedade que precisa superar o preconceito e entender que somos todos diferentes, cada um com suas particularidades e diferenças.

Para Skliar e Quadros (2000), as diferenças existem independentemente da autorização, da aceitação, do respeito, da tolerância, da oficialização ou da permissão outorgada desde a normalidade. Este último aspecto sobre o significado das diferenças adquire uma dimensão política essencial que requer maior profundidade: a pretensão de outorgar à alteridade a legitimidade necessária para ser aquilo que já é, de autorizar oficialmente aquilo que já existe nos outros, desde muitos milênios – como, por exemplo, as línguas de sinais, as línguas indígenas, etc.

Promover a inclusão envolve aceitar as diferenças, a singularidade de cada um, as condições que cada sujeito representa no espaço sócio - histórico e ideológico. Mas trata-se de um tema bastante polêmico, que durante toda a sua história até os dias atuais é desconhecido pela maioria, porque quando se trata da inclusão de uma minoria é preciso que a sociedade compreenda e aceite as diversidades e as diferenças que o próprio espaço social nos impõe.

Consideremos, também, que as tentativas de inclusão de alunos surdos no passado fracassaram como afirmam Romero e Sousa (2000 p.68 apud Januzzi, 1985, p. 28) “a criação dessas primeiras instituições (...) não passaram de umas poucas iniciativas isoladas, as quais abrangem os mais lesados, os que se distinguiram, se distanciavam ou pelo aspecto social ou pelo comportamento divergente”.

Ao rever as concepções dos nossos antepassados na tentativa de encontrar um método eficiente que os auxiliasse em salas de aulas no processo de ensino-aprendizagem, percebemos que foram fracassados, fazendo com que alguns médicos estudassem os casos para encontrar uma maneira de ajudar os alunos surdos. Foi então que, segundo Honora (2014 p.51), um médico, depois de muitas pesquisas, “afirmou que a surdez não era um motivo para impedir os surdos de receber instruções. O médico descobriu tal premissa por uma pesquisa em que detectou que a escrita era uma representação dos sons da fala”.

Essa descoberta foi muito significativa, pois pela primeira vez um médico se preocupou com a inclusão dessas pessoas na sociedade. No entanto, a maior dificuldade dos estudiosos e pesquisadores sobre a história de inclusão de pessoas surdas é a sociedade aceitar as diferenças, mudando uma cultura que sempre se preocupou com o bem estar da maioria. Por isso que os processos de inclusão desses alunos surdos se tornam mais complexos. Apesar de esses alunos estarem amparados pelas leis que foram criadas para que as escolas os recebessem, as instituições não estavam preparadas para recebê-los.

A maior dificuldade dos profissionais da educação ainda é encontrar os métodos adequados para o ensino/ aprendizado desses alunos com necessidades educacionais específicas do aluno surdo. No contexto histórico, por muitos anos ocorreram algumas implicações com relação ao uso da língua de sinais e a oralização, com relação ao processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos.

Haja vista que seria necessário A capacitação de mais profissionais para desenvolver um trabalho diferenciado dos demais alunos no processo de ensino-aprendizagem desses alunos, considerando suas necessidades específicas, ou seja, o método utilizado pelo sistema educacional criado para atender os alunos cuja maioria é considerada normal.

Sendo assim, os alunos surdos matriculados nas escolas regulares necessitam de acompanhamento pedagógico, psicológico e mesmo assim eles ainda têm que se adequar ao método que é utilizado pela maioria, o que é desafiador e frustrante para estes alunos.

A maior dificuldade enfrentada por estes alunos é a falta de conhecimento de sua cultura, tendo a Língua Brasileira de Sinais como língua materna, sendo reconhecida pela lei nº 10.436/02, e também pelo decreto nº 5.626/05, que exige que o sistema educacional se organize para atender esses alunos, e que eles tenham os mesmos direitos e oportunidades de aprendizado, como qualquer outro aluno.

A partir do reconhecimento da Libras como língua materna das pessoas surdas, foi implantada a proposta do bilinguismo nas escolas regulares, ou seja, o MEC implantou as leis que garantem aos alunos surdos a utilização da Libras como suporte para aprender uma segunda língua, a Língua Portuguesa na modalidade escrita.

Sem dúvida que essa proposta seria inovadora, porque foi a partir das pesquisas linguísticas americanas, por meio de trabalhos científicos, movimentos culturais, que reconheceram a cultura, a comunidade e a identidade surda, ou seja, eles conseguiram que o processo educacional para alunos surdos fosse reformulado.

Mendes, Almeida & Willams (2009) afirmam:

A nova proposta de trabalho recebeu o nome de bilinguismo. O bilinguismo como forma de educação para surdos pressupõe o ensino de duas línguas para crianças, a primeira a língua de sinais, que dará o arcabouço para a aprendizagem de uma segunda língua, que pode ser escrita ou oral, dependendo do modelo seguindo. O princípio fundamental do bilinguismo é oferecer à criança um ambiente linguístico, em que seus interlocutores se comuniquem com ela de forma natural, como acontece com a criança ouvinte pela modalidade oral. A criança surda tem a possibilidade, assim, de adquirir a língua de sinais como primeira língua, não como uma língua ensinada, mas

aprendida dentro dos contextos significativos para ela (MENDES, ALMEIDA, WILLAMS, 2009, p. 45).

Assim, esta nova proposta educacional seria extremamente inovadora a ponto de incluir os alunos surdos em escolas regulares, onde esses alunos aprenderiam uma segunda língua em uma escola que foi preparada para ensinar a maioria na modalidade escrita.

Os autores Nunes, Saia, Silva & Mimesi (2015) mencionam Skliar (2013) para afirmar que “no que diz respeito ao ensino bilíngue é preciso consistência política que contemple e atue, discutindo a assimetria entre surdos e ouvintes representados na forma do poder e saber” (NUNES, SAIA, SILVA & MIMESI, 2015, p. 540).

Partindo da concepção do bilinguismo, essa nova proposta de ensino seria utilizada nas escolas como o método mais relevante para a aprendizagem de duas línguas no contexto escolar. Isso porque a educação bilíngue contrapõe o modelo educacional proposto para a maioria, sendo ele através da oralidade, ou seja, para que os surdos aprendam uma segunda língua será necessário um atendimento diferenciado, pois eles necessitam de espaço visuo-gestual para a aquisição de uma nova linguagem na modalidade escrita.

3 PROPOSTA DE ENSINO BILÍNGUE PARA ALUNOS SURDOS NAS ESCOLAS REGULARES

Tendo em vista que a inclusão de alunos surdos nas escolas especiais e escolas regulares, desde os primórdios até os dias atuais, sempre consistiu em quebrar paradigmas, é preciso que as políticas públicas sejam aplicadas no espaço escolar.

Partindo da concepção de que todos nós somos indivíduos singulares, é relevante que o sistema educacional ofereça uma educação com métodos pedagógicos que incluam todos os alunos independentemente da sua necessidade educacional, de uma forma que eles se sintam naturalmente incluídos. Os alunos diagnosticados com surdez só precisam de um acompanhamento adequado para desenvolver suas habilidades e competências.

Para que ocorra essa inclusão, é necessário ter o apoio e a participação da família, porque o primeiro contato para aquisição da linguagem é com seus familiares, por isso que o seu papel é extremamente importante para o desenvolvimento escolar e profissional desse aluno. Se a família lutar pelos direitos de seu filho, e ensiná-lo que sua condição não impede o seu desenvolvimento cognitivo, ele se tornará uma pessoa com potencial que lutará pelos seus direitos ou contra qualquer forma de preconceito.

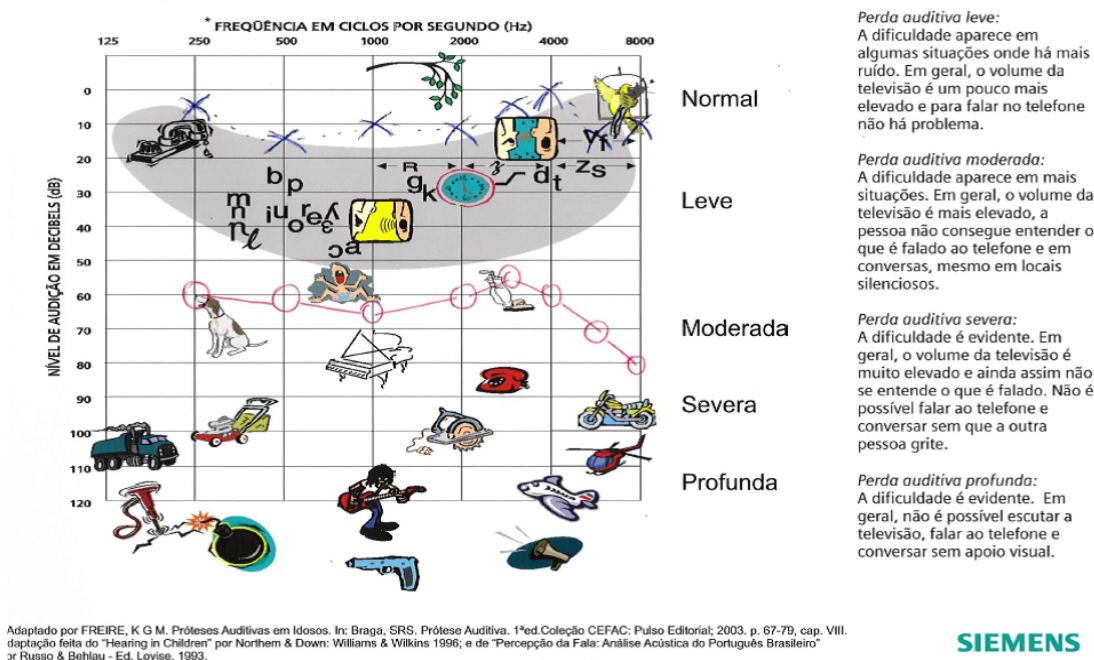
Nunes, Silva, Saia, Mimesi (2015) mencionam Slomski, (2012):

Aqui, fica claro que a negação da deficiência colocada na bandeira do movimento surdo está relacionada a essa concepção de deficiência, que generaliza uma incapacidade que não faz parte da surdez. E, nesse contexto da perspectiva clínica, a surdez é limitada a classificações audiometrias (como perda auditiva leve, moderada, grave), as quais, como consequência, reproduzem a não aceitação da surdez e a perpetuação de preconceitos (SLOMSKI, 2012, p.540).

Depois que a criança for diagnosticada com surdez, ela não deve ser tratada como uma pessoa deficiente, ou como limitada, porque ela possui uma linguagem e potencial de aprendizado como os demais alunos, sua única diferença é sua condição e sua maneira de interação que é diferenciada. Sendo assim, a língua de sinais utilizada por elas é tão complexa como qualquer outra língua, por isso que alguns autores apontam que o surdo tem potencial de aprendizado para desenvolver suas habilidades e competências como qualquer outro aluno que seja considerado diferente em uma sociedade em que a maioria interage de forma oralizada.

Portanto, após o diagnóstico que mostra a diferença entre deficiência auditiva e a surdez, a imagem a seguir ilustrada no site “NÃO ESCUTO” mostra claramente no audiograma como é essa identificação, através dos decibéis.

1. NÍVEL DE AUDIÇÃO EM DECIBÉIS



><http://naoescuto.com/wp-content/uploads/2014/07/Audiograma2.png>: Acessado em: 22 de dezembro de 2018.

Após o diagnóstico, consequentemente o espaço escolar precisa se adequar para receber os alunos com necessidades específicas (aluno surdo), pois nada impede que o seu aprendizado ocorra de maneira natural, como é proporcionado para a maioria.

Para que haja um aprendizado relevante, Nunes, Saia, Silva & Mimesi (2015) retomam Skliar (2013):

No que diz respeito ao ensino bilíngue é preciso consistência política que contemple e atue, discutindo a assimetria entre surdos e ouvintes representados na forma de poder e saber que acabam por controlar a aprendizagem. E, posto isso, paralelamente à luta pela educação do surdo, seja bilíngue ou inclusiva, é fundamental a luta contra o preconceito em relação ao surdo nos mais diversos espaços de convívio social (NUNES, SAIA, SILVA & MIMESI, 2015, p. 540 – 541).

Partindo da percepção dos autores acima, os alunos surdos amparados pela Lei nº 10.436, que reconhece a Libras como sua língua materna, e o decreto que lhe assegura o mesmo tratamento dado aos outros alunos, nada impede que esses alunos sejam matriculados nas escolas regulares, mas também é importante inseri-los nos espaços fora das escolas, sendo eles usuários da Libras (Língua

Brasileira de Sinais), uma língua que possui variedades linguísticas regionais assim como qualquer outra língua, mas com uma diferença quanto a sua forma de comunicação, porque a Libras precisa de um espaço visual, expressões faciais, configurações das mãos e movimentos do corpo para sua comunicação.

Haja vista que a Libras é a língua materna da comunidade surda, vale ressaltar que o ensino de uma segunda língua, a Língua Portuguesa na modalidade escrita para adolescentes surdos em escolas regulares deverá atender a todas as necessidades destes alunos.

Por isso que Nunes, Saia, Silva & Mimesi propõem o desafio de um ensino bilíngue:

A defesa do bilinguismo passa pela compreensão da língua de sinais e de sua representação para os surdos. Além de significar uma forma de comunicação que funciona como pré-requisito para outras aprendizagens como português e matemática. Assim, a língua de sinais representa a valorização do surdo, uma vez que permite que sejam ouvidos e representados (NUNES, SAIA, SILVA, MIMESI p.542).

Assim, o ensino por meio de línguas consiste em construir o conhecimento, para que estes alunos utilizem a língua materna como suporte para aprender uma segunda, a Língua Portuguesa na modalidade escrita.

A proposta da Educação Bilíngue no espaço escolar seria o primeiro passo para a inclusão desses alunos com surdez, auxiliando-os a superar a dificuldade em interagir com os professores, colegas ou qualquer colaborador da escola. Assim, ensinar por meio de duas línguas, em um ambiente no qual o modelo educacional foi criado para ensinar os alunos na modalidade oral, é fundamental para que o aluno surdo se adeque e se sinta incluído.

A proposta de ensino bilíngue surgiu na década de 80, sendo considerado um assunto polêmico, apesar de o Brasil ser considerado um país plurilíngue, como pondera Mollica

Somos, além do mais, um país plurilíngue, realidade bem diferente da que propaga a maioria dos brasileiros através de um discurso de um país supostamente monolíngue. Porque, além do português, fala-se em nosso território cerca de 180 línguas indígenas (MOLLICA, 2011, p. 26).

Apesar dessa constatação, o Brasil é um país que tem o ensino regular extremamente monolíngue, principalmente quando se trata do ensino regular da rede pública.

Partindo deste contexto, de ensino monolíngue, propor um ensino bilíngue é totalmente inovador, fazendo com que o sistema educacional precise criar métodos pedagógicos para promover a inclusão dos respectivos alunos:

A Língua de Sinais foi ganhando o estatuto de língua a partir dos estudos estadunidenses da década de 1960 (Skaliar & Massone 1995; Lacerda, 1998; Bisol, Simioni & Sperb, 2008). No Brasil, foi em 2002, por meio da lei nº 10.436 (Brasil, 2002), regulamentada pelo Decreto 5.626 de Dezembro de 2005 (Brasil, 2005), que a Libras é reconhecida como a primeira língua dos surdos, sendo a Língua Portuguesa na modalidade escrita a segunda língua (NUNES; SAIA; SILVA; MIMESSI, P.539).

Por isso, podemos afirmar que apesar de reconhecer que as pessoas surdas tenham a Libras como língua materna, ainda existe preconceito e falta de profissionais para receber esses alunos e incluí-los, da forma adequada.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9.394/96 em seu artigo 59:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Mesmo com a criação das leis que lhes asseguram o direito de igualdade e equidade nas escolas regulares, os alunos surdos ainda enfrentam muitos desafios e preconceitos quanto, a sua inclusão no espaço escolar, pelo fato de os professores não estarem preparados para ministrar aulas para eles.

4 A política da “Educação Inclusiva” de alunos surdos no contexto escolar

Em relação ao processo de Educação Inclusiva, atualmente em nosso país são necessárias algumas mudanças no Sistema Educacional para superar as experiências de exclusão do passado, em que essas pessoas eram jogadas em hospícios, excluídas do convívio de seus familiares, proibidas de se casarem, ou seja, eram tratadas como inválidas por uma sociedade que desconhecia o potencial de aprendizado dos alunos surdos, que naquela época eram chamados de surdos-mudos.

Para superar as experiências negativas do passado a sociedade vem promovendo a inclusão das pessoas surdas em todos os espaços sociais. O Ministério da Educação aprovou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) como uma forma de assegurar que os alunos surdos tenham os mesmos direitos que quaisquer alunos matriculados nas escolas regulares.

Sanches e Teodoro argumentam que:

A educação inclusiva não significa educação com representação e baixas expectativas em relação aos alunos, mas sim a compreensão do papel importante das situações estimulantes, com graus de dificuldade e complexidade que confrontem os professores e os alunos com aprendizagens significativas, autênticos desafios à criatividade e à ruptura das ideias feitas (SANCHES & TEODORO, 2006, p.73).

Mas para que essa inclusão ocorra, é preciso que a escola promova a inserção desses alunos, aplicando métodos que valorizem a sua potencialidade na escola e também em todos os espaços sociais.

Isso implica vários fatores que estão relacionados à lei que foi criada, sem qualquer responsabilidade, ou até mesmo em como esses alunos seriam inseridos no contexto escolar.

Isso porque, segundo Bayer (2013):

O projeto da educação inclusiva foi rapidamente (precipitadamente?) gerado pelos gestores do governo federal. Não houve tempo para a ideia amadurecer nas bases, nos estados, nos municípios, nas escolas, para então se pensar em um projeto com força de lei (BAYER, 2013, p 63.)

Talvez esse seja o grande problema em relação ao sistema educacional, porque as escolas foram obrigadas a receber esses alunos sem nenhum suporte ou capacitação dos profissionais para incluí-los no contexto educacional. Porém, a responsabilidade de inclusão vai muito além do contexto escolar, pois a priori vem à família, os professores, os funcionários, os gestores da escola e os responsáveis pelo projeto político pedagógico.

Segundo Bayer (2013), pode-se pensar, assim, na formulação do currículo para os alunos com necessidades educacionais específicas numa base comum aos demais alunos, já que o princípio da educação inclusiva não é alijar ninguém das condições gerais de progressão escolar. O currículo não sofre alteração fundamental, porém as características de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais são, sem dúvida, levadas em conta.

Por conseguinte, os profissionais da educação precisam atender esses alunos de acordo com a necessidade educacional de cada um. Tendo em vista que o professor capacitado para a educação especial tem que ter competência e habilidade para desenvolver métodos para auxiliá-los em sala de aula, no processo ensino/aprendizado, pois é sua responsabilidade desenvolver atividades curriculares para esses educandos se sentirem realmente incluídos no espaço escolar.

Segundo Lacerda & Santos (2014), “o segredo para o bom desenvolvimento da linguagem de uma criança surda é propiciar a ela as mesmas oportunidades que são oferecidas naturalmente a uma criança ouvinte”.

Sabe-se que quando nos referimos ao tema Educação inclusiva ou Educação Especial de alunos inseridos em escolas regulares o assunto implica uma reflexão por parte dos sistemas educacionais, do governo do estado e dos municípios e principalmente dos gestores e professores que estão ligados diretamente com estes alunos.

Por isso que a inclusão desses alunos requer uma atenção especial no processo ensino/aprendizagem, sendo relevante não só para os alunos, mas também para toda a família que acredita na sua inserção no mundo em que vive. Dessa forma, aumenta suas oportunidades de ter sucesso tanto no contexto escolar, quanto no mercado de trabalho.

Vale ressaltar que o apoio da família é fundamental para esses alunos, como também o apoio da escola, dos professores e dos gestores, pois a inclusão é um processo que precisa ser acompanhado por todos.

5 PROCEDIMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho consiste em uma pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo de maneira exploratória, a pesquisa de campo é relevante, pois, ela mostra as vivências dos fatos e coleta os dados com mais precisão.

A priori, a pesquisa de campo foi desenvolvida com um documento expedido pelo Coordenador do Curso de Letras, com o intuito de permitir o acesso aos dados quantitativos, dados esses gerados pela SEMED.

E para o desempenho da pesquisa qualitativa foi realizada uma entrevista semiestruturada e também observação da estrutura física e análise dos projetos incluídos no PPP (Projeto Político Pedagógico), implantados no projeto para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A transcrição da entrevista embasou-se em algumas regras de Ataliba Castilho (1996), como as reticências que marcam qualquer tipo de pausa, o alongamento de vogais, A entoação enfática que prevaleceu no discurso das entrevistadas. Para a identificação das entrevistadas, decidimos usar numeração para facilitar a análise da entrevista e reflexões sobre o tema.

2. NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO

Ocorrências	Sinais
Reticências para qualquer pausa.	
Alongamento de vogais ou consoante(como s, r)	:: podendo aumentar para ::: ou mais
Entoação enfática	Maiúscula
Hipótese	()
Superposição Minúsculas	((tossiu))

NORMAS para Transcrição. Extraídas de Castilho & Preti (1986). A linguagem falada culta na cidade de São Paulo. Vol. II. Disponível em: ><https://nilviapantaleoni.wordpress.com/2013/02/18/normas-para-transcricao-extraidas-de-castilho-preti-1986-a-linguagem-falada-culta-na-cidade-de-sao-paulo-vol-ii/> Acessado em: 22 de dezembro de 2018.

5.1. O DESENHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas: A primeira foi a coleta de dados da pesquisa quantitativa na SEMED (Secretaria Municipal de Educação), no departamento da Educação Especial, que atende aos respectivos alunos, verificando quantos alunos surdos estão matriculados na rede municipal de Palmas – Tocantins.

Segundo Oliveira (2011), “a pesquisa qualitativa proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema, enquanto a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplica alguma forma da análise estatística”. A pesquisa qualitativa pode ser usada, também, para explicar os resultados obtidos pela pesquisa quantitativa.

A segunda foi uma entrevista com o professor regente de Língua Portuguesa e a professora de Libras, com o propósito de identificar no discurso dos entrevistados quais os pontos positivos e negativos no processo de inclusão dos alunos surdos no espaço escolar e principalmente na sala de aula.

A entrevista transcorreu de forma natural, sempre abordando o tema de inclusão dos alunos com necessidades educacionais, os alunos surdos, com o objetivo de coletar os dados de forma flexível e podendo explorar o tema de forma mais abrangente. A eficácia da entrevista semiestruturada na coleta de dados da pesquisa se concretiza na medida em que não seguimos um protocolo de perguntas fechadas, mas sim a relevância de conduzir a entrevista que visa a respostas mais significativas sobre o tema.

A terceira foi a análise do PPP da escola e a identificação dos projetos que estão sendo promovidos para incluir os alunos diagnosticados com surdez, do ensino fundamental II, 6º ano, que se justifica pelo fato de o aluno estar matriculado nessas turmas, já ter se apropriado da leitura e escrita de acordo com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e a Lei de Diretrizes Brasileiras.

Assim, a pesquisa visa à análise do aprendizado da modalidade escrita dos alunos surdos do 6º ano da Escola Municipal Caroline Campelo, localizada no Setor Santa Fé II, na Região Sul do Município de Palmas – Tocantins.

Dessa forma, a pesquisa quantitativa teve por objetivo coletar os dados para quantificar o problema por meio da geração de dados numéricos ou dados que pudessem ser transformados em estatísticas utilizáveis.

Tendo em vista que a pesquisa qualitativa observa o problema individual de cada um, foi realizada a coleta de dados no espaço escolar, com o intuito de mostrar o estudo de forma mais relevante com resultados precisos com a visita na Escola Municipal Caroline Campelo Cruz da Silva.

Oliveira afirma que:

A abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências (OLIVEIRA, 2011, p. 24).

A coleta de dados da pesquisa visa mostrar as vivências e os métodos que são utilizados para incluir os alunos surdos.

6 LOCAL E SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Caroline Campelo Cruz da Silva, localizada na região sul, no município de Palmas – Tocantins com o intuito de fazer um levantamento de como está sendo o processo de inclusão de alunos surdos no ensino regular, da rede municipal.

A Instituição pesquisada oferece um ensino de tempo integral para Ensino Fundamental I (Anos iniciais), e Ensino Fundamental II (Anos Finais), do 1º ao 9º ano. A escola oferece um ensino de modo integral, da qual os alunos têm 4 horas de aulas da grade curricular, e os outros horários são para que os alunos façam reforço, pratiquem esporte, aprendam músicas, danças entre outros. Os alunos matriculados na escola somam quantitativo de 1213 alunos no ensino fundamental I e II, e 66 na educação especial.

De acordo com dados do censo escolar a estrutura e espaço físico da escola contam com: 40 salas de aulas, 131 funcionários, Sala de diretoria, Sala de professores, Laboratório de ciências, Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), Quadra de esportes coberta, Quadra de esportes descoberta, Cozinha, Biblioteca, Sala de leitura, Banheiro dentro do prédio, Banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, Sala de secretaria, Banheiro com chuveiro, Refeitório, Despensa, Almoxarifado, Auditório, Pátio coberto.

Além do mais, para a realização da pesquisa foi necessário aplicar uma entrevista semiestruturada com a professora de Libras e a professora regente de Língua Portuguesa.

A primeira entrevista foi com professora de Libras que atua a cinco na educação especial, formada em pedagogia, tem pós-graduação, tradução, interprete na docência de Libras, trabalha com Libras desde de 2009, mas atua no cargo de professora de Libras há cinco anos, responsável pela sala de Recursos, (AEE) Atendimento Educacional Especializado.

A segunda entrevista foi realizada com a professora regente de Língua portuguesa, que afirma que o trabalho realizado com alunos surdos é recente, apenas um ano, apesar de esta há muitos anos na sala de aula é desafiador, ela é formada em Letras desde de 2005, conhece o básico da Libras, e trabalha com alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental da rede municipal.

A escola disponibilizou o (PPP) Projeto Político Pedagógico que indica o norte para os profissionais da educação, e avalia quais projetos está promovendo a inclusão dos alunos surdos.

3. SUJEITOS DA PESQUISA

SEMED	Dados gerais do município - Palmas – TO
Profª de Libras (P1)	Entrevista (semiestruturada)
Profª Regente de Língua Portuguesa (P2)	Entrevista (semiestruturada)

Jorge (Nome fictício)	Entrevista não realizada
José (Nome fictício)	Entrevista não realizada
PPP (Projeto Político Pedagógico)	Documento cedido pela escola
Entrevistador (a) (E)	Aluna Pesquisadora

7 AS ESCOLAS MUNICÍPAIS E A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS EM PALMAS

Os dados cedidos pela Secretaria de Educação do Município de Palmas (SEMED), e também estão disponíveis no portal da transparência da prefeitura de Palmas. Os dados coletados informam o quantitativo de alunos da rede municipal de Palmas – Tocantins, que conta com 11 escolas na região central, 10 escolas na região norte, 18 escolas na região sul, 05 escolas no campo, um total de 44 Escolas no Município.

Hoje a Rede Municipal têm matriculado no ensino Fundamental cerca de 25.336 alunos no ensino fundamental de uma forma geral de 1º ao 9º ano, e 293 são do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Sendo que, desse quantitativo apenas 27 alunos com o diagnóstico de surdez, estão matriculados na rede municipal, nas series finais do ensino fundamental.

A Secretaria Municipal de Educação de Palmas tem um departamento chamado SGE – Sistema de Educação de Gerenciamento Escolar, que têm todos os dados informatizados informando as necessidades educacionais especiais dos alunos, ao serem matriculados nas escolas da rede municipal. Durante a coleta de dados, percebe – se que a quantidade de alunos Surdos é mínima, não foi informado à quantidade de professores para atender as necessidades educacionais desses alunos, mas na escola pesquisada conta que há uma professora de Libras para atender os dois alunos matriculados no 6º ano do ensino fundamental.

Quanto à formação de professores não foi informado pela SEMED, mas a escola pesquisada conta com uma sala de atendimento especializado, e com uma professora de Libras Bilíngue, tradutora e intérprete, que atende os respectivos alunos nos horários de contraturno.

Com relação ao atendimento dos alunos surdos na escola pesquisada, os mesmos estudam sem a presença de um professor intérprete na sala de aula, dificultando o aprendizado, pois os mesmos não fazem leitura labial.

Ao analisar as respostas da entrevista realizada com a professora regente que ensina a língua portuguesa na modalidade escrita, no discurso dela fica claro que os alunos não conseguem aprender, por não ter um suporte para o seu desenvolvimento, a mesma relata que já solicitaram um intérprete na Secretaria Municipal de Educação e não tiveram respostas. A professora também afirma que é difícil a comunicação com os alunos em sala de aula, pois ela não tem nenhuma formação e conhecimento da Libras (Língua Brasileira de Sinais).

Por fim, ao analisar os discursos das professoras; a de Libras e a professora regente, os alunos matriculados na escola Caroline Campelo Cruz da Silva, estão sendo alfabetizados no 6º ano nas duas línguas, em Libras (Língua Brasileira de Sinais) e a Língua Portuguesa na modalidade escrita.

De acordo com o pensamento de Vygotsky, Goldfeld retrata que:

A criança surda deve adquirir a linguagem da mesma forma que as crianças ouvintes, seguindo as mesmas etapas. Ele valoriza a educação pré-escolar como ambiente oral e como meio de incorporar a criança surda a comunidade ouvinte (GOLDFELD, 2002, p.84)

Quanto mais cedo esses alunos entrarem nas escolas, mais cedo será a sua alfabetização, e não de forma tardia como está ocorrendo com os alunos da escola Caroline Campelo. Dessa forma, fica mais difícil trabalhar os conteúdos ministrados na sala de aula pela professora regente.

Sendo assim, ocorre uma falsa inclusão no ambiente escolar pois, eles não estão recebendo o atendimento adequado para o seu aprendizado, assim, eles têm que se adequar ao ambiente escolar e ao modelo educacional preparado para a maioria.

8 REFLEXÕES E ANÁLISE DO CORPUS DA PESQUISA

A pesquisa investiga a inclusão de educandos com surdez, inseridos no ensino regular, do ensino fundamental II, da rede Municipal de Palmas – Tocantins.

O Corpus de trabalho desenvolvido na pesquisa gerou dados quantitativos e qualitativos, com uma entrevista semiestruturada, com os atores (professores), que estão ligados diretamente com os educandos (alunos surdos), protagonistas da pesquisa.

O que se busca nessa pesquisa é mostrar como está sendo o processo de ensino- aprendizagem de Língua Portuguesa na modalidade escrita dos alunos surdos nas escolas regulares, e qual a política de inclusão que os profissionais da educação implantaram para promover um ensino de qualidade e inclusivo.

De acordo com as políticas públicas, alunos com necessidades educacionais especiais, os educandos surdos, devem receber as mesmas condições oferecidas aos alunos ouvintes.

A inclusão é um processo imprevisível, não existe fórmula e nem regras, mas há algumas leis que direcionam esse processo.

Portanto, as leis direcionam como deve ser esse processo nas instituições de ensino regulares.

“A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo as suas necessidades.”
“O respeito e a valorização da diversidade dos alunos exigem que a escola defina sua responsabilidade no estabelecimento de relações que possibilitem a criação de espaços inclusivos, bem como procure superar a produção de necessidades especiais” (BRASIL, 2001, p.28).

Na ETI Caroline Campelo Cruz da Silva, o processo de inclusão vem sendo trabalhado apenas com uma sala de atendimento especializado, em que os educandos recebem atendimento da professora de Libras, que está alfabetizando esses alunos, que são filhos de pais ouvintes.

Segundo a professora de Libras, eles chegaram à escola sem conhecer a sua língua materna, a Língua Brasileira de Sinais:

”P1- 6...eles são atendidos na sala da regência, sem a presença do intérprete e depois no horário de contraturno. A gente trabalha como se fosse um reforço. Mas, não é:::.... um reforço escolar. É um trabalho no atendimento especializado e, dentro deste atendimento, a gente criou uma sala de Libras, é onde...

P1. 7...é trabalhado os conteúdos, NÃO os conteúdos que são tratados na sala da regência. Mas, sim! São tratados conteúdos de Libras, mesmo.

P1. 32 eles vêm duas vezes por semana

P1. 33 cada um são atendidos duas horas são um total de quatro horas cada um.....

P1. 57 Então, eu trabalho na sala de recursos com outros alunos, trabalho só com os alunos surdos.”

A professora afirma que os alunos que estão matriculados na instituição ainda estão sendo alfabetizados em Libras na sala de atendimento especializado, pois, são atendidos em contraturno. O tempo de atendimento para o aprendizado da língua materna é insuficiente, com relação ao tempo que eles estão na sala de aula para aprenderem uma segunda língua, a Língua Portuguesa na modalidade escrita.

Ao observar o discurso da P1, percebe-se que os alunos chegaram à escola sem o conhecimento básico da Libras, a sua língua materna, se comunicavam apenas por gestos e mímicas e esse é ponto negativo, pois, compromete o aprendizado dos alunos surdos,

Essa dificuldade se encontra materializada no discurso da professora de Libras, enumerado e com reticências indicando as pausas na entrevista. Ela afirma que: A professora (P1) afirma em sua entrevista eles chegaram sem o mínimo de conhecimento da Libras e da Língua Portuguesa na modalidade escrita, como veremos abaixo.

“P1 8. Porque eles não sabem a Língua de Sinais, ainda.....”, os alunos matriculados no sexto ano não sabem a Língua de Sinais. De acordo com a Lei nº 10. 436/02, a Libras seria sua língua materna. Apesar de a professora afirmar que seus alunos não sabem a Libras, às vezes o seu discurso é contraditório, como veremos em seguida.

Discurso da P1 (Professora de Libras)

“29 Porque não tem como você trazer um intérprete e ele não sabe a língua. Temos um, que tem condições, sim, de ter um intérprete. Mas a gente não conseguiu dentro da SEMED um intérprete para ele ainda [.....,]

30 Então, ele tá na sala de aula, só como copista, ele copia, ele copia tudo, mas não entende o que ele copia.

31 O outro que chegou pra nós esse ano, ele não consegue nem copiar, ele fica de corpo presente, mas quando ele vem pra sala de Libras.”

Ao mesmo tempo, que a professora afirma que seus alunos estão sendo alfabetizados em Libras, ela afirma que um deles, que estuda no 6º ano, na mesma sala, precisa de um suporte para seu aprendizado. Isso porque, segundo ela, esse aluno não está tendo o acompanhamento necessário para o seu desenvolvimento.

Mas o que reforça que os alunos têm dificuldade em se comunicar é o discurso da professora regente, que afirma a incapacidade desses alunos com relação a sua língua materna.

Discurso da P2 (Professora regente de Língua Portuguesa)

“22 Porque eles sabem em Libras o alfabeto.....

23mas.....

24nem.....isso....

25nem pra dizer que eles estão aprendendo português

26não.”

Segundo a fala da professora regente, que está acompanhando o aprendizado desses alunos, o conhecimento deles é muito limitado, e fica difícil a comunicação, porque eles sabem o alfabeto em Libras. Porém, o conhecimento da sua língua materna é insuficiente para terem o apoio de um intérprete.

Com isso, a aprendizagem desses alunos está totalmente comprometida e tardia.

Esse fato justifica a não entrevista com os respectivos alunos, pois, segundo o discurso das professoras, não têm condições de conceder uma entrevista, pois eles estão sendo alfabetizados em Libras, (Língua Brasileira de Sinais) e na Língua Portuguesa na modalidade escrita, com isso a sua comunicação fica impossibilitada.

9 ANÁLISE DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Esta pesquisa visa evidenciar como está ocorrendo o processo de inclusão de alunos surdos inseridos em escolas regulares do município de Palmas – TO. Tendo em vista, que o tema inclusão ainda é um desafio desde os tempos primórdios até os dias atuais. O que se pretende com essa pesquisa é provocar uma reflexão de como as políticas públicas inclusivas estão sendo trabalhadas nas escolas regulares.

Para a realização da pesquisa foi necessário realizar uma semiestruturada com as professoras P1 (Professora de Libras), P2 (Professora Regente de Língua Portuguesa), as perguntas foram elaboradas com o foco no aprendizado e nos métodos que estão sendo utilizados para incluir esses alunos.

As perguntas do questionário têm como foco investigar como está ocorrendo o processo de inclusão desses alunos nas escolas da rede municipal de Palmas – TO. O questionário foi elaborado através das perguntas da pesquisa? “De que maneira tem ocorrido a mediação do processo ensino/aprendizagem da língua portuguesa na modalidade escrita? Qual o método pedagógico utilizado para atender esses alunos com necessidades educacionais? Como os professores e gestores se capacitaram para trabalhar com esses alunos? O currículo adotado para o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa na modalidade escrita permite de fato a inclusão social dos referidos alunos?”

A pesquisa de campo pretende obter respostas vivenciadas por profissionais que trabalham com alunos surdos, por isso, a entrevista é o meio de obter respostas detalhadas e com riquezas de detalhes, pois ela possibilita ao entrevistador direcionar o assunto da pesquisa.

O roteiro da pesquisa foi elaborado através de perguntas, sempre com o foco na inclusão dos alunos surdos. Porém, a entrevista seguiu de maneira natural e não foi necessário seguir as mesmas perguntas, pois as professoras atuam com os alunos em ambientes separados e trabalham com métodos diferentes para os alunos, não foi necessário realizar as mesmas perguntas para ambas.

Dessa forma, podemos identificar nas respostas das professoras que, ambas falam dos mesmos assuntos com relação ao processo de ensino/aprendizagem dos alunos surdos.

A primeira pergunta foi para a professora P1. **1) Como está sendo o processo de ensino aprendizagem dos alunos diagnosticados com surdez?**

De acordo com as respostas das professoras P1 e P2, podemos identificar no discurso de ambas, como ocorre o ensino/aprendizado dos alunos surdos na escola ETI Caroline Campelo.

Os alunos são atendidos em uma sala de atendimento especializado, pois eles ainda estão sendo alfabetizados na L1 e na Língua Portuguesa na modalidade escrita (L2).

No discurso da P1.

“6 eles são atendidos na sala de regência sem a presença de um interprete e depois no horário de contraturno, a gente trabalha como se fosse um reforço. Mas não é um reforço escolar. É um trabalho no atendimento especializado e dentro desse atendimento, a gente criou uma sala de Libras, é onde....

7...é trabalhado os conteúdos, **NÃO** os conteúdos que são trabalhados na sala da regência. Mas, sim! São tratados conteúdos de Libras, mesmo.”

Enquanto a professora de Libras tem o desafio de alfabetizar os alunos surdos, a professora regente tem a difícil tarefa de ensinar uma segunda língua, a língua portuguesa na modalidade para alunos que não fazem leitura labial, por serem filhos de pais ouvintes.

Os relatos da professora regente confirmam como é difícil a comunicação na sala de aula.

Relatos da entrevista da P2.

“43 Assim como eu não sei a Libras.....44 eles não sabem a escrita.....

45 Aí, é difícil a comunicação é complicada.....

46 Mas ainda a gente consegue interagir.....

47 eles consegue interagir, eles consegue interagir com os colegas.....

48 um compreende o outro.”

No discurso da professora P2, percebe – se que, durante as suas aulas de Língua Portuguesa é difícil a comunicação com os alunos surdos, assim, dificultando o ensino/aprendizado desses alunos.

Sobretudo, no processo de ensino dos alunos surdos segundo Honora (2014, p. 127), “O primeiro passo para a alfabetização dos alunos com surdez é a representação do alfabeto manual em associação ao alfabeto usando língua portuguesa. Mais uma vez destacamos a importância do aluno com Surdez ter conhecimento da Língua Brasileira de Sinais a priori ao início do processo de alfabetização”.

Desse modo, no processo de alfabetização dos alunos surdos nas escolas regulares é necessário que eles tenham atendimento especializado, e também acompanhamento de um profissional especializado um interprete de Libras na sala de aula.

Mas quando os alunos chegam à escola sem conhecer a sua língua materna, o trabalho é desafiador para os docentes que estão totalmente despreparados para ministrar suas aulas que estão voltadas para o oralismo.

Apesar de a escola ter um professor de Libras, isso não é suficiente, pois a demanda de alunos é maior que a quantidade de profissionais para atender as necessidades educacionais de cada aluno.

Por que, no discurso das professoras, compreende que, mesmo os alunos sendo alfabetizados no 6º ano do ensino fundamental II, eles precisam de suporte em sala de aula para o seu aprendizado.

Relatos da entrevista P1.

“29 Por que, não tem como você trazer um interprete e ele não sabe a língua. Temos um que tem condições, sim, de ter um interprete. Mas, a gente não conseguiu dentro da SEMED um interprete para ele ainda.....

30 então, ele tá na sala de aula só como copista, ele copia, ele copia tudo, mas não entende o que ele copia.”

Relatos da entrevista P2.

“83 tem que ter suporte.

99 sim, já foi solicitado desde ano passado, todo ano a escola solicita, todo semestre a escola renova essa solicitação.....

100 só que tem coisas que são deixadas pra depois.....

101 até, então nunca tivemos.”

Como podemos ver nos depoimentos das professoras que trabalham com esses alunos, é eminente que eles necessitam de um suporte para o

ensino/aprendizado dos respectivos alunos, de acordo com a necessidade de cada um.

Mesmo os alunos recebendo o acompanhamento na sala de atendimento especializado, ou seja, “O método pedagógico que está sendo utilizado para atender os alunos com necessidades educacionais, podemos mencionar o discurso da das professoras como está sendo aplicado o método na escola ETI Caroline Campelo Cruz da Silva”.

No discurso da P1.

“7 é trabalhado os conteúdos, Não os conteúdos que são tratados na sala de regência. Mas, sim! São tratados conteúdos de Libras mesmo.....

15 o processo de aprender a Libras, desde o conhecimento, tipo uma alfabetização com eles.....

20 a gente começa do zero com todos eles. Para depois estabelecer uma comunicação.”

No discurso da P2

“28 algumas coisinhas eu tento fazer em Libras.....

29 pra...pra....

30 inserir eles no contexto sala de aula.

44 Assim, como eu não sei a Libras.....

45 eles não sabem a escrita”

Mesmo tendo um atendimento especializado para os alunos surdos, a professora regente tem dificuldade em se comunicar com seus alunos, isso implica no ensino/aprendizado dos alunos surdos que necessitam de atendimento especializado na sala de aula. A professora de Libras alfabetiza os alunos na sua língua materna (L1), e fica impossibilitada de acompanhá-los no período em que eles estão na sala de aula.

Assim, o aprendizado e processo de inclusão desses alunos estão comprometidos, pois os alunos são matriculados nas salas de aulas de ensino regular, e são eles que têm que se adaptar ao método de ensino que é preparado para a maioria.

Desse modo, está ocorrendo uma falsa inclusão, porque o fato dos alunos estarem inseridos em uma escolar regular, não significa que eles estão incluídos.

Segundo Quadros & Skliar (2000, p.11 *apud* Gentili, 1996), “ao mesmo tempo em que nossos olhares e discursos reforçam o mundo da exclusão, paradoxalmente encontramos-nos no mundo das inclusões, das promessas integradoras - sejam elas econômicas, políticas, ou educativas”. A exclusão, nos nossos dias, está travestida de inclusão; aqueles que têm sido permanentemente localizados do lado de fora das fronteiras, hoje são chamados a entrar e a estar, como seja deste lado. Depois de tudo, a transformação dos números não se faz suficiente para acalmar e silenciar identidades: as promessas se evaporam se desintegram quando reunimos todos os mundos até aqui imaginados.

A inclusão ainda é algo a ser almejado, e essa só ocorre quando é dada as mesmas oportunidades de ensino aprendizagem no espaço escolar.

10 ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO

O Plano Pedagógico cedido pela escola via email está datado em 2011. Na instituição ETI Caroline Campelo Cruz da Silva, foram encontrados dois alunos matriculados no 6º ano, e trabalha com atendimento especializado atendendo a necessidade educacional de cada aluno.

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico, apesar de, a escola trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais, alunos surdos, no PPP não foi encontrado nenhum projeto que promova a inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Específicas.

Sobretudo, no Plano Pedagógico com relação às competências e habilidades dos alunos que irão cursar o 6º ano do ensino fundamental (Series Finais), espera-se que eles cheguem alfabetizados.

O Projeto Político Pedagógico da escola o ensino fundamental do 1º ao 9º é elaborado com base nas Diretrizes, cujo referencial teórico informa que: “As diretrizes norteadoras da educação fundamental estão contidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental”.

Com o argumento de que todos os alunos que podem apresentar necessidades educacionais especiais ao longo de seus processos de aprendizagem,

o Parecer CNE/CEB 17/2001 enfatiza três grupos, reunindo aqueles que apresentam:

1. [...] dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: 1.1. aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; 1.2. aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;
2. Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, particularmente alunos que apresentam surdez, cegueira, surdo-cego ou distúrbios acentuados de linguagem, para os quais devem ser adotadas formas diferenciadas de ensino e adaptações de acesso ao currículo, com utilização de linguagens e códigos aplicáveis, assegurando-se os recursos humanos e materiais necessários: 2.1. em face das condições específicas associadas à surdez, é importante que os sistemas de ensino se organizem de forma que haja escolas em condições de oferecer aos alunos surdos o ensino em língua brasileira de sinais e em língua portuguesa e, aos surdo-cegos, o ensino em língua de sinais digital, tado e outras técnicas, bem como escolas com propostas de ensino e aprendizagem diferentes, facultando-se a esses alunos e a suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequada; 2.2. em face das condições específicas associadas à cegueira e à visão subnormal, os sistemas de ensino devem prover aos alunos cegos o material didático, inclusive provas, e o livro didático em Braille e, aos alunos com visão subnormal (baixa visão), os auxílios ópticos necessários, bem como material didático, livro didático e provas em caracteres ampliados.
3. Altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente os conceitos, os procedimentos e as atitudes e que [sic], por terem condições de aprofundar e enriquecer esses conteúdos, devem receber desafios suplementares em classe comum, em sala de recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino, inclusive para concluir, em menor tempo, a série ou etapa escolar (BRASIL, 2001b, p. 19).

Dessa forma, “O Ensino Fundamental que abrange do 1º ao 9º ano, tem como proposta uma educação que contemple os desenvolvimentos cognitivos, físicos, afetivos, sociais, éticos e culturais, tendo em vista uma formação ampla do cidadão-ator (Brasil, 2011, p.102)”.

Na atualidade houve algumas mudanças propostas pelo MEC (Ministério da Educação) Órgão responsável pela regulamentação da Política Nacional de Educação no Brasil. No que tange ao ensino de Língua portuguesa, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) o que ela propõe é que o aluno do ensino fundamental II (Series Finais), que os alunos se apropriem de habilidades e competências que são articulados em cinco eixos organizadores, dos quais a aprendizagem é pretendida. Os Eixos Organizadores são: a oralidade, a leitura, a escrita, o conhecimento gramatical e o texto literário. Partindo desse pressuposto, a meta de

ensino para o ensino fundamental é que “jovens e adultos aprendam a ler e desenvolvam a escuta, construindo sentidos coerentes para textos orais e escrito (Brasil, 2016, p.63)”.

Dessa forma, a aprendizagem pretendida para alunos do 6º ano do ensino fundamental de acordo com a BNCC é que eles desenvolvam maior criticidade em situações comunicativas orais, informais e formais e desenvolva estratégias de compreensão e interpretação de textos complexos.

O Projeto Político Pedagógico é desenvolvido para que a escola identifique os pontos positivos e negativos durante o ano letivo. Ele propõe que os gestores da escola se reúnam e busque promover o planejamento pedagógico para trabalhar com os alunos e discutirem projetos que promovam o aprendizado dos alunos e gestores.

Porém, o PPP da Escola Caroline Campelo Cruz da Silva, ainda trabalha com três eixos norteadores: a oralidade, a leitura e a escrita. Não foi encontrado no PPP nenhum projeto que trabalhe a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

A escola tem professora de Libras, e não interprete como foi sancionado o decreto nº 5. 626/05 que exige que as escolas regulares se organizem para atender alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

No artigo 14 [...];

§ 2º O professor da educação básica, bilíngue, aprovado em exame de proficiência em tradução e interprete de Libras -- Língua ---Língua portuguesa, cuja função é distinta da função do professor docente.

Art. 26. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração federal, direta e indireta devem garantir às pessoas Surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras – Língua portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados para a função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o Decreto n. 5. 296/04 (BRASIL, 2005)

Sobretudo, mesmo que no processo de inclusão os alunos sejam direcionados pela lei, na atualidade as políticas pedagógicas das escolas juntamente com as secretarias ainda têm dificuldades em incluir esses alunos.

Por que, a maioria dos alunos chega à escola sem o conhecimento da sua Língua Materna (L1), por isso, que eles são alfabetizados tardiamente e isso implica no aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais, os alunos surdos.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados informados sobre os alunos matriculados nas instituições de ensino regular da Rede Municipal de Palmas – TO, bem como a série, a idade e o grau de surdez foram coletados na Secretaria Municipal de Educação, cedidos pelo setor que trabalha com a educação especial, pois o sistema é todo informatizado e atualizado. A secretaria municipal é responsável pela matrícula dos alunos com necessidades educacionais que, são matriculados nas escolas da qual foram criadas as salas para atendimento especializado.

Os dados informados como quantidade de alunos matriculados na rede municipal de Palmas, da ETI Caroline Campelo, foram coletados no portal da transparência e do censo de 2017, pois, ainda não saiu o resultado do censo de 2018 e também dados coletados como o nome de todas as escolas, endereço, telefone e quantidade de alunos surdos matriculados nas escolas da rede municipal de Palmas.

Assim, pudemos coletar os dados quantitativos referentes ao número de alunos matriculados no ensino fundamental II (Séries Finais), no portal da transparência, censo de 2017, pois a informação não constava no Projeto Político Pedagógico e a escola pesquisada que no presente momento encontrava –se em processo de mudança da direção da escola, por este motivo que não foi possível a confirmação do quantitativo de alunos. A nova diretora afirmou não poderia fornecer os dados, ela precisaria de alguns meses para levantar os dados solicitados, a prioridade no momento, ela estava voltado a organização da escola.

De uma forma geral, esses dados revelam que a quantidade de alunos matriculados por escola, é insignificante, esses dados de quantos alunos surdos estão matriculados no município de Palmas, foram fornecidos pela gestão da educação especial na SEMED. Portanto, é necessário implantar políticas públicas

mais efetivas, e investir em profissionais capacitados para atender esses alunos de acordo com a necessidade de cada um.

Durante a realização da pesquisa foi identificado que o trabalho desenvolvido para promover a inclusão dos educandos surdos, alunos da rede municipal no ensino regular, consiste ainda e tardiamente em alfabetizá-los na língua materna, a Libras. Isso porque foi identificado durante a entrevista que os alunos são filhos de pais ouvintes, o que consiste em um grande desafio, pois eles são matriculados de forma tardia, e isso implica em prejuízos na aprendizagem desses alunos.

Nesta pesquisa procuramos mostrar a realidade vivenciada dentro das escolas pelos alunos surdos e observar os métodos pedagógicos que estão sendo utilizados na escola da rede municipal de Palmas. Um dos focos do trabalho consistiu em identificar como surgiu a história da educação dos alunos surdos, mostrando a evolução no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais, respeitando as diferenças e atendendo a necessidade de cada aluno, até os dias atuais.

O material pedagógico que a professora de Libras trabalha com seus alunos, segundo ela relata em seu discurso, não é fornecido pela SEMED, o material é fabricado por meio de pesquisas no Youtube. A TV é emprestada e a professora também pede auxílio dos professores de Letras/Libras, em que é graduanda.

Mesmo com o direcionamento da lei nº 10.436/02, que trouxe o reconhecimento dos direitos das pessoas surdas, que garante o direito de utilizar a Libras como sua Língua Materna enquanto ser social. Mas as dificuldades em usar sua Língua Materna em seu próprio país ainda é um desafio, pois, a comunidade surda sendo uma minoria que utilizam a língua de sinais que, ainda é desconhecida para a maioria.

Mas aos poucos a Libras vem ganhando espaço, ainda que seja um trabalho que leva tempo para acontecer os primeiros avanços estão ocorrendo com a capacitação de profissionais, o curso Letras - Libras que estão sendo ofertados em universidades federais, com o propósito de capacitar profissionais qualificados para trabalhar com esses alunos. O processo de ensino/aprendizagem requer uma reflexão e entendimento de que ensinar e aprender não significa acumular

informações memorizadas, mas sim fazer com que o aluno busque novas alternativas, fazendo escolhas de acordo com as novas situações apresentadas.

Este estudo aponta para a necessidade de repensar e resignificar a prática pedagógica docente, efetivando a construção de uma metodologia diferenciada para atender os alunos com necessidades educacionais.

Apesar de toda evolução e pesquisas na área da educação inclusiva é importante ressaltar que, a inclusão ainda não está ocorrendo, é necessário implantar políticas públicas mais efetivas, e investir em profissionais capacitados para atender esses alunos de acordo com a necessidade de cada um.

Durante a realização da pesquisa foi identificado que o trabalho realizado para evidenciar a realidade dos alunos dentro das escolas da rede Municipal de Palmas, onde acreditamos que a escola é um lugar que possibilita aos alunos uma formação que prepara os educandos para a vida, uma realidade que o coloca em situações improváveis.

Ao realizar esta pesquisa enquanto graduanda do curso de Licenciatura em Letras enfrentei algumas dificuldades; na coleta de dados, pois, o setor de Gestão Escolar é responsável pela liberação das pesquisas. A principal dificuldade enquanto aluna, foi conseguir a autorização para a coleta de dados na SEMED. A diretora responsável havia saído de férias, e não havia outro profissional que exercesse a sua função. Mas diante desses percalços na coleta de dados, ainda sim, esses não me fizeram desistir da pesquisa, pois, os obstáculos precisam ser vistos como degraus a serem superados quando queremos atingir objetivos.

Durante a entrevista com a professora de Libras da escola pesquisada, foi possível observar que a SEMED, promove a inclusão dos alunos surdos com atendimentos nas salas de recursos, onde eles estão sendo alfabetizados tardiamente na Língua Materna, a Libras. Foi observado também que esses alunos não recebem nenhum suporte na sala de aula, como é direcionado no Decreto 5.526/05 que garante um intérprete para o ensino/aprendizado da língua portuguesa na modalidade escrita dos respectivos alunos.

Dessa forma, está ocorrendo uma falsa inclusão com foi identificado no discurso da professora regente, os alunos não estão sendo incluídos da forma que deveria, e estão sendo aprovados pelo direcionamento da lei, pois a mesma proíbe que esses alunos sejam reprovados.

A professora regente (P2) exerce o seu trabalho sem o apoio adequado durante as suas aulas e se sente incapaz e fragilizada, tendo que lidar com situações improváveis na sala de aula. A professora de Libras (P1) realiza um trabalho social na escola Caroline Campelo, sem fins lucrativos, cujo objetivo é ensinar a comunidade, professores, alunos e familiares que têm parentes de pessoas com surdez, para aprenderem a se comunicar através da Libras (Língua Brasileira de Sinais).

No discurso da P2, observei que uma das maiores dificuldades de comunicação com os alunos é a falta de conhecimento da Libras, tanto de familiares, quanto da comunidade e principalmente dos professores da escola pesquisada. Mas a P2 relatou em seu discurso que, alguns professores da escola Caroline Campelo Cruz da Silva, tentaram fazer o curso oferecido pela professora de Libras, porém, estavam sobrecarregados de trabalhos e por esse motivo não puderam finalizar o curso.

Quando foi perguntado sobre as leis que direcionam o processo de inclusão dos alunos surdos, a professora de Libras citou que, a teoria e pratica são realidades distantes, que ainda está longe de ser almejada.

É evidente a necessidade de o sistema educacional rever as políticas públicas e se comprometa em oferecer o suporte adequado para a inclusão desses alunos.

Por fim, ao fazer uma reflexão sobre o tema de “Educação Inclusiva” de alunos com necessidades educacionais especiais, é relevante que as escolas de ensino regular da rede municipal, ofereçam as mesmas oportunidades no processo de ensino/aprendizagem, tanto para os alunos ouvintes, quanto para os alunos surdos, assim, a inclusão ocorrerá de fato.

12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAYER, Hugo Otto. **Integração e Inclusão Escolar. Reflexões em torno de uma Experiência Alemã.** 2002, p. 157-168.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm> Acesso em 15 de Maio de 2018.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (1996) Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em 21/08/2018

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais Adaptações** / Secretaria de Educação do Ensino Fundamental, 1998.

Disponível

em:

<http://www.socialiris.org/antigo/imagem/boletim/arq4d59d0a4b45ad.pdf>> Acesso em: 20/08/2018

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. **Proposta preliminar. Segunda versão revista.** Brasília: MEC, 2016.

Disponível em:

<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>.

Acesso em: 23/12/2018.

BRASIL, Lei n.10.436, de 24 de Abril de 2002, **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.**

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Decreto/D5622.> Acesso em 02/08/2018

BRASIL, **Decreto de Lei n. 5626, de 22 de dezembro de 2005, que Regulamenta a Lei n. 10.436.**

Disponível

em:

>http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Decreto/D5622.> Acesso em 21/08/2018.

CASTILHO, **Ataliba Teixeira: Gramática do Português Falado.** Campinas, Editora da UNICAMP, São Paulo, Volume IV, 1996.

Disponível

em:

><http://naoescuto.com/wpcontent/uploads/2014/07/Audiograma2.png>> Acesso em: 22/12/2018

Disponível em:

><https://nilviapantaleoni.wordpress.com/2013/02/18/normas-para-transcricao-extraidas-de-castilho-preti-1986-a-linguagem-falada-culta-na-cidade-de-sao-paulo-vol-ii/>. Acesso em 22/12/2018.

Disponível em:

> <https://www.escol.as/31427-escola-municipal-de-tempo-integral-caroline-campelo-cruz-da-silva> . Acesso em 22/12/2018.

Disponível em:

Fonte: **Censo Escolar/INEP 2017**. <http://academia.qedu.org.br/censo-escolar/notas-tecnicas/>. Acesso em 20/12/2018.

Disponível em:

<https://www.edu.org.br/escola/260484-em-de-tempo-integral-caroline-campelo-cruz-da-silva/censo-escolar>. Acesso em 27/12/2018.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa Qualitativa**. Tradução Roberto Cataldo Costa; Consultoria, Supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu Silva- Porto Alegre: Armed, 2009.

GÓES, Maria Cecília Rafael. **Linguagem Surdez e Educação**. 3º Edição Revista – Campinas, São Paulo, Autores Associados, 2002.

HONORA, Márcia. **Inclusão Educacional de Alunos com Surdez: Concepção e Alfabetização. Ensino Fundamental, 1º ciclo**, Editora: Cortez – São Paulo, 2014.

JANNUZZI, Gilberta. **A Luta pela Educação do Deficiente mental no Brasil**. São Paulo; Editora: Cortez, Autores Associados, 1985.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa, SANTOS, Ferreira. **Tenho um Aluno Surdo, e Agora? Introdução a Libras e Educação de Surdos**. Editora: Edufscar, São Carlos, 2014.

MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amelia; WILLAMS, Lúcia Cavalcante de Albuquerque. **Temas em Educação Especial Avanços Recentes**. Editora: Edufscar, São Carlos, 2009.

MOLLICA, Maria Cecilia. Fala, **Letramento e Inclusão Social**. 1ª Edição, 2ª Reimpressão; Editora: Contexto, São Pulo, 2011.

NUNES Sylvia Silveira; SAIA, Ana. Lucia; SILVA, Larissa Jorge; Mimessi, Soraia D'Angelo. **Surdez e Educação: Escola inclusiva e/ou Bilíngues**. Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 19, Número 3, 2015, p.537-545.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração** / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva; SOUZA, Sirlene Brandão de. Educação Inclusiva: **Alguns Marcos Históricos que Produziram a Educação Atual**. Artigo, p. 3091 – 3104, São Paulo, 2007.

SANCHES, Isabel; TEODORO, António. **Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectiva e conceitos**. Revista Lusófona de Educação.

Disponível em:

<<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/691>>;

Acesso em 08/08/2018.

SLOMSKI, V.G. **Educação Bilíngue para surdos: Implicações Práticas**. 2ª Edição, Curitiba, 2012.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão Um Guia para Educadores**. Editora: Biblioteca Artmed; Porto Alegre – 1999.

SKLIAR, Carlos; QUADROS, Ronice Muller de. **Invertendo epistemologicamente o problema da Inclusão: Os ouvintes no mundo dos surdos**. Estilos da Clínica, São Paulo, v. V, n. 9, p. 35 – 21, 2000.

SKLIAR, Carlos (Org.) **A Surdez: um Olhar sobre as Diferenças**. Editora: Mediação, Porto Alegre, 1998.

SVARTHOLM, K. **Bilinguismo dos surdos**. In: SKLIAR, C. (Org.). **Atualidades da educação bilíngue para surdos**. V. 1. Porto Alegre: Mediação, 1999

ANEXO - I

ENTREVISTA 1 - Professora: 1, 15min e 83segundos.

E: Como está sendo o processo de ensino-aprendizagem dos alunos diagnosticados com surdez? 1

P1:Bom....2....aqui na escola nós temos 2 (dois) alunos com surdez profunda....3 i /:/....4quatro com deficiência auditiva. Então, os desafios?

E: sim, de que maneira está sendo o processo? 5

Bom, a gente faz assim....6...eles são atendidos na sala da regência, sem a presença do interprete e depois no horário de contraturno, a gente trabalha como se fosse um reforço. Mas, não é:/ um reforço escolar. É um trabalho no atendimento especializado e dentro deste atendimento, a gente criou uma sala de Libras, é onde...7...é trabalhado os conteúdos, NÃO os conteúdos que são tratados na sala da regência. Mas, sim! São tratados conteúdos de Libras, mesmo.

8 Por que, eles não sabem a Língua de Sinais, ainda.....9...então, a maioria deles são filhos de pais ouvintes e eles não tem ainda10"E".....11...adquirido a Língua de Sinais. **12**Então, não há como, a gente fazer a comunicação com eles, sem que eles aprendam a Língua de Sinais.

13Então, a gente primeiro está trabalhando a Língua de Sinais com eles **14**[.....] né **15**[.....] o processo de aprender Libras, desde o conhecimento, tipo uma alfabetização com eles **16**[.....] para, a partir daí, conseguir a comunicação da Língua Portuguesa. **17**....A partir do momento que eles adquirir o conhecimento da sua língua materna, a língua mãe ou a língua 1, que é a língua brasileira de Sinais. **18**Então, a dificuldade maior nossa, é sim, eles chegam sem conhecimento nenhum da Libras, só sabem fazer “mimica”, **19**[.....] fazer “gestos”, eles não conhecem a Libras de fato.

20 Aí [...]**21**a gente, começa do zero com todos eles. Para depois estabelecer uma comunicação.

E: Aqui na escola só tem você que trabalha como interprete?22

P1: **23**Na verdade,.....**24**eu sou interprete, sou professora de Libras, eu sou tradutora interprete e bilíngue. Mas, eu não posso atuar com eles, como interprete, porque, eles não sabem a Língua de Sinais. **25**Não tem como interpretar, se ele não

conheceu a língua ainda[.....]26Então, eu to fazendo um trabalho como professora, eu to ensinando a língua[.....]27“A”[.....]28Libras pra eles.

29Por que, não tem como, você trazer um interprete e ele não sabe a língua. Temos um, que tem condições, sim, de ter um interprete. Mas, a gente, não conseguiu dentro da SEMED um interprete para ele ainda [.....,] 30Então, ele tá na sala de aula, só como copista, ele copia, ele copia tudo, mas não entende o que ele copia. 31O outro que chegou pra nós esse ano, ele não consegue nem copiar, ele fica de corpo presente, mas quando ele vem pra sala de Libras. 32Eles vem duas vezes por semana[.....]33cada um são atendidos duas horas, são um total de 4 horas cada um[.....]34 Aí, é que eles conseguem produzir, consegue entender, por exemplo: esse último que chegou pra nos, ele não sabia nem dá “Oi” em Libras[.....]35 não sabia[.....]36 nada[.....]37 nada[.....]38 nem “desculpa”[.....]39 nem, “bom dia”[.....]40. Nem, boa tarde!

41Hoje ele está conseguindo se comunicar bem em Libras, com os colegas com o outro coleguinha surdo, e com os professores.

42-- Pena! Que os professores não conhecem a Libras, para se comunicar com eles. Aqui, por enquanto só eu que tenho domínio da Libras, infelizmente, só eu. Felizmente que ainda tem eu que possa ajudar.

E: Que sugestão você daria para que esses alunos sejam incluídos de fato?43

P1: 44 Olha:::..... Na verdade, entre parênteses eles estão incluídos, o que falta é a verdadeira inclusão. Por que o fato de você colocar numa escola e falar que ela é inclusiva, não garante a inclusão.

45 A inclusão, ela só vai se garantir no caso desses alunos surdos, quando toda a escola falar a língua de Sinais (LIBRAS) no caso o Brasil. Aí, vai poder realmente haver a inclusão.

46Que todos souberem falar a Libras, quando os professores ensinarem a Libras,47 Aí :::.....48 ah... verdadeira inclusão.

49Então, nós estamos muito a quem da inclusão50 ainda51.... 52 inclusão aqui pra nos tá sendo que toda a escola tenha uma sala de recursos e pronto.....53E muitas das vezes, o professor que atende na sala de recursos, não sabe Libras.

54 Então ele vai lá e faz alguma atividade, uma coisa, tipo pra passar o tempo do aluno, não chega nem a ser o conhecimento de Libras para ele.....55 Como eu já tou nessa área há algum tempo. 56 Quando eu vim pra cá, eu comecei a trabalhar

a Libras com eles. **57** Então, eu não trabalho na sala de recursos com outros alunos, trabalho só com os alunos surdos.

58 Então, têm uma outra professora que trabalha outras modalidades, como ela também não tem conhecimento da Libras, eu trago esses alunos nessa sala, que é uma extensão da sala de recursos e a gente trabalha só Libras, no caso, ensinando a Libras.

59 Quando eles se apoderarem (Apropriarem), desse conhecimento.....aí nos vamos trabalhar os conteúdos da disciplina em Libras. **60** Agora, no processo de alfabetização que eles estão, eles estão começando agora aprender alguma coisa.

61Um.....**62**ele, já tá começando. **63** Eu, já, estou começando a introduzir pra ele as palavras relacionadas à Língua Portuguesa. **64** Você mostra um objeto com a palavra em português. **65** E ele já começa a relacionar, por exemplo.....**66** Você mostra uma bola, aí você traz para o contexto.....**67** “Vamos jogar bola/Fulano jogou bola.” ...**68** ele vai aprendendo a escrever aquela palavra.

69-- Hoje, quando ele fala bola, ele já sabe.

70 Mas ele está no 6º ano, já devia ter apoderado disso, muito tempo atrás.....**71** ele tá começando agora, se bem que, o ponto positivo dele é que a Libras ele já tá sabendo. **72** Você pode interpretar pra ele, que ele acompanha tranquilamente.....

73 ele já tem essa familiaridade.....**74** só que quando ele chegou na escola também não tinha, ele foi aprendendo, eu venho acompanhando ele já há muito tempo.

- O outro não, ele num consegue escrever nem o nome dele.

E: Qual a idade deles?76

P1: 77 Tem, 12 anos, os dois! Estão, no 6º ano, na mesma sala.

E: Então, para que haja um aprendizado relevante, do que eles precisariam?78

P1:79 Olha! Se tivesse a Libras na escola como disciplina, aí, fluiria a comunicação. Por que todos os alunos saberiam.....**80** né::.....**81** outro fato positivo que nos temos aqui, nos não temos a Libras na escola.

82 Mas, a gente está oferecendo um curso, após o encerramento da aula, das 17h 00min até às 18h 30min, eu ofereço um curso pra eles. Pra quem quiser, eles não são obrigados a participar.

E: Para os alunos? 83

P1: 84 Para os alunos, para a comunidade, para os professores, pra quem quiser, e, é de graça que eles vêm, e, é incrível que eles vêm.

85 Eu comecei com 70 alunos.....então, não tinha mais vagas, eles vêm, porque eles querem aprender. **86** Eles perguntam, tia como é que eu falo com fulano de tal, palavra é isso, aquilo, vai fluindo a comunicação.

87 Vejo um ponto positivo, inclusive a mãe e avó de um aluno que está vindo fazer Libras pra poder, inclusive ela falou assim..... **88**eu estou aqui para saber comunicar com meu neto, o que ele fala, eu quero entender o que ele fala.

89 Então.....isso é muito bom é maravilhoso, que você vai para a comunidade, você traz a família. **90** Então, há uma integração, se bem que nos, não temos nenhum apoio nesse sentido de divulgação, material didático, pedagógico, não temos certificação desse curso.

91 Então, a gente faz um trabalho voltado mesmo para o social, é mais um trabalho social.....**92** mas tem tido bons resultados, quando eles vêm aqui para aprender, vem por vontade própria, vem porque eles querem.....

93 Agora..... se fosse implantada a disciplina Libras na escola, ai, eu acredito que fluiria, por que, a gente percebe que eles têm paixão, que eles gostam, que eles querem aprender.....**94** eu**95**.

E: E o material utilizado, você recebe esse material?**96**

P1: 97 Não, nada..... **98** a televisão que eu tenho, é emprestada, o notebook eu trago de casa, as aulas eu planejo em casa..... **99**o material didático pedagógico eu construo, pesquiso na internet, eu peço apoio aos meus professores da faculdade.

100 Eu faço outra faculdade, eu tenho formação naquele ((ela está referindo a faculdade)).....

101 Eu sou formada em pedagogia.....eu faço tradução e interpretação em Libras e ainda faço Letras Libras na UFT..... (Universidade Federal do Tocantins – Campus—Porto Nacional).

102 Eu peço auxílio aos professores.....**103**dicas para criar estratégias pra trabalhar com esses alunos.....**104**Eu crio material didático, a gente não trabalha naquela aula expositiva, a gente trabalha mais naquela aula dinâmica, com jogos, com brincadeiras.....**105** né **106** tanto pra surdos, quanto pra ouvintes.

107 Por que, nesse curso da tarde tem mais ouvintes. **108** Agora o atendimento aqui na sala.....**109**eu atendo os surdos e os ouvintes em grupos separados**110**eu separo por grau de compreensão da Libras..... **111**por exemplo: esses

dois do 6º ano, eu atendo junto, os dois do 4º ano, os deficientes auditivos eu atendo junto.

112 Eu não coloco tudo junto assim misturados, cada grupo de dois, de três, pra poder tá:..... acompanhando.....**113** não só a faixa etária, mais.....**114** A.....**115** percepção do aprendizado deles.

116 E: A sala que eles estão matriculados têm 40 alunos, pois segundo Honora uma sala ideal para receber alunos surdos, seria com 20 alunos?

P1: 117 É... a gente sabe que na teoria tem muita coisa bonita, tanta coisa linda.....

118 Mas quando você vem para a prática, eu ainda discuto isso muito com o professor, meus professores.....**119** Por que, é muito bonito na teoria, na lei.

120 Mas quando você vem pra prática na sala de aula, você não tem apoio pedagógico, você não tem apoio de gestores, você não tem apoio da SEMED, sabe **121** você vai fazendo as coisas.....**122** No meu caso, porque eu amo meu trabalho, faço de coração, porque eu gosto, me dá prazer, me dá satisfação, mas não**123** assim.....**124** não há reconhecimento.

125 Então.... falta muito na teoria é muito bonita. **126** mas na prática**127** e**128** as pessoas que elaboram as leis, as teorias, muitos deles nunca pisaram em uma sala de aula.

129 Eles estão muito aquém da realidade, que se vive na escola.

130 E: Da realidade da comunidade surda?

P1: 131 E o professor quando vai trabalhar, ele precisa por exemplo: nessa escola eu tenho uma realidade**132** se eu for trabalhar lá.... **133** lá no centro é outra realidade.

134 Então, a gente tem que perceber isso e trabalhar..... **135** porque de acordo com a realidade cultural daquele grupo**136** por exemplo..... **137** aqui o nosso grupo é muito carente.....**138** aqui nós temos muita violência, muito bullying, muita coisa, assim diferente do grau que pode, assim os mesmos elementos deferente do grau dos outros lugares **139** então, a gente tem que perceber isso.....**140** Agora uma coisa que me cativa é assim..... **141** quando fala de Libras, eles vem mesmo assim. **142** sabe.....**143** eles querem aprender, eles querem mesmo.

144 Então, a gente percebe que o nível social é independente, eles vêm porque eles amam, é uma coisa nova.....**145** não consigo nem explicar, porque talvez o professor, ele influencia muito.....**145** O professor ele transmite muito do que ele

vive.....**146**se o professor, ele ama o que faz, os alunos aprendem também com amor.

147 E: Tem algum professor matriculado no curso de libras?

P1: 148 Então....nos temos aqui algumas preocupações a serem trabalhadas. **149** Eu tenho dois professores que eu comecei a trabalhar nesse curso das..... 17:00 horas. **150** Esses dois candidataram, um deles é o professor de matemática, mas acho que ele não conseguiu fazer, por ele trabalhar a noite também.

151 Ah..... e a professora de português, a professora regente dele, ela veio fazer um módulo. **152** Mas faltou muito, ficou muito assim fraquinho, e ela trabalha português**153** a língua portuguesa com ele, eu queria muito que ela continuasse trabalhando, porque ia dar mais base pra ela.

154 Por que na verdade ele só tá copiando, ele não tá entendendo.....**155** Hoje mesmo perguntei, pra ele em Libras, o que ele tá trabalhando alguns adjetivos, daí, ele falou assim.....**156**nam, não tô entendendo nada, só tô copiando, não tem interprete.....**157** né.....

158 E: E eles fazem a leitura labial?

P1: 159 Não.....não fazem leitura labial.

160 Mas tem um professor de matemática que ontem eu estive lá em cima acompanhando ele de perto, fui lá.....**161** interpretar um pedacinho da aula e vi que o professor de matemática, apesar dele não ter tempo.

162 O nome dele é:::..... FLÁVIO, ele não tem tempo pra estudar, pra fazer curso, eu até abri um horário pra tarde, pra poder está ensinando ele.....**163** só que também, só veio em uma aula, ele está muito abarrotado de trabalho**164** como os professores de um modo geral.....

165 Mas eu percebi que ele cria muitas estratégias visuais. **166**Por que o surdo, ele é visual, então ele cria, ele leva, ele procura no “Youtube” , procura imagens..... **167** e ontem eu vi, eu fiquei muito feliz com o trabalho dele lá.....**168**ensinando muitas coisas relacionadas a matemática, mais na parte prática, ele usa a prática né..... **169** de objetos, de imagens, eu achei interessante.

170 Já a professora de português começou muito aberta, mas eu já senti que ela tá um pouco fechada, assim sabe..... **171** e ele tá só copiando, copiando **172**e ele e o outro não entende nada do que copia.

173 O trabalho agora tem ser feito aqui pra eles entender a Libras.....e depois aprender as palavras em português.

174 Por que a lei diz isso..... que o português tem que ser escrito..... então fica difícil.....tem uns professores que vem fazer a Libras aqui. **175** Mas a:..... maioria dos professores estão abarrotados de trabalhos, eles vem, eles faltam.....**176** nós temos dois Sargentos também fazendo, ta muito bom, eles estão acompanhando, e esses Sargentos.....**177** ele sentiu a necessidade de fazer o curso.

178 Ele pediu pra deixar entrar no curso, que já estava adiantado, porque veio uma mãe surda, a filha é ouvinte, mas a mãe é surda.....**179** conversar com ele e ele não conseguia se comunicar.....

180Foi preciso me chamar pra interpretar, daí ele falou não.....**181** não, eu preciso aprender e ele está se saindo muito bem.

182 Então isso é uma coisa boa.

E: 183 É um ponto positivo?

P1: 184 Então, a gente vai juntando umas coisas positivas desse contexto todo, e aí, a gente pensa.....**185** nossa realidade é bem diferente do que na prática, do que na teoria que a gente aprende na faculdade, num curso superior.

186 Mais a agente ta começando agora..... a gente tá lutando agora, por exemplo.....a gente vai entrar com um projeto sobre....**Disciplina Libras na Escola.....**ou mesmo a Extensão da sala de recursos de Libras e **fazer a extensão e a disciplina de Libras** **187** que **188** oh..... tem vários estados que já estão usando.

189 O Tocantins ainda não..... **190** Então, nos temos que caminhar, temos que lutar muito pra conseguir a vitória para os surdos.....**191** Nos temos que vestir a camisa.

E: 192 Com relação ao PPP (Plano Político Pedagógico da Escola) qual a metodologia que é utilizada para promover a inclusão dos alunos surdos?

P1: 193 Na, verdade o Plano Pedagógico ainda não está pronto.....**194** A gente cobrando, a gente vem falando.....**194** mas infelizmente é só pincelada algumas coisas..... **195** E eu tenho projetos pra colocar, mas por enquanto tá só nas pinceladas, e tá difícil ter acesso ao PPP, se ele está se construindo ou não.

ANEXO – II

ENTREVISTA COM A PROFESSORA (P2), 9min e 17 segundos

1 Você tem ou fez algum curso para trabalhar com alunos diagnosticados com surdez?

P2: 2 Não. Nunca foi ofertado pela SEMED..... **3** O que eu fiz foi particular, fui buscar conhecimento, para saber como trabalhar é trabalhar com esses meninos.

4 Aqui na Instituição.....tem a professora na escola que eu trabalho, que é habilitada em Libras....**5** e ela depois da sua carga horária e depois das 17:00 horas, ela dá um curso gratuito. **6** E professores e alunos podem se inscrever..... **7** Eu me inscrevi.....porque eu precisava saber alguma coisa, pra lidar com esses meninos em sala de aula.

8 Por que até então, eu estava crua **9**e **10**eles ficavam ali, como eu não tinha nada, nem como trabalhar com eles.

10 Então, eles ficavam ali **11**como presença em sala de aula, não adquiriam conhecimento nenhum, **12** porque não havia comunicação entre professor e aluno**13**mais não havia interação, não era uma.....**14**inclusão.

15 Era só a presença deles na sala de aula mesmo. **16** Então, pra tentar diminuir isso,**17**eu tentei buscar algum conhecimento e ainda é muito pouco.

18 Por que, eu só tenho o básico, só alguns comandos, eu já entendo eles.....**19**algumas coisas, quando eles pedem pra tomar água, **20** quando eles pedem pra ir ao banheiro, que até isso eu tinha dificuldade de saber as necessidades deles.

21Então, eu já sei os comandos, eles já entendem algumas coisas que eu explico.

22 Por que, eles sabem em Libras o alfabeto.....**23**mas.....**24**nem.....isso....**25**nem pra dizer que eles estão aprendendo português**26**não.

27Eles estão engatinhando, na verdade eles estão interagindo com os colegas.....**28**e algumas coisinhas eu tento fazer em Libras....**29**pra, pra....**30**inserir eles no contexto da sala de aula.

31 Mas dizer que está acontecendo a inclusão de fato.....**32** não está acontecendo.

33 –Que precisa de mais suporte, **34**precisa de outras coisas para que seja realmente incluso.

35 E: E como é a comunicação com os alunos?

P2: 36 A comunicação é isso.....**37** depois que eu passei a fazer esse curso, eu comecei a entender eles melhor.

38 Então, eu já entendendo algumas coisas, **39** o que eles querem, **40** as perguntas que eles querem fazer, eu já consigo compreender....**41** só.....**42** que o mundinho deles, também é muito limitado.

43 Assim, como eu não sei a Libras.....**44** eles não sabem a escrita.

45 Aí, é difícil a comunicação é complicada. **46** Mas a gente ainda consegue interagir**47** eles consegue interagir, eles consegue interagir com os colegas.....**48** um compreende o outro.

49 E: E como eles são avaliados?

P2: 50 “AVALIADOS”. **51** E....**52** segundo.....**53** como eles estão ali inseridos, no caso deles, eles não podem ser reprovados, **54** é uma lei que existe.

55 Então eles tem média 7,0 de cada disciplina.....**56** isso é a SEMED que promove isso.....**57** não é o professor que escolhe.

- Mas....**59** nos avaliamos por exemplo, os meninos....**60** eu tenho dois alunos que estão na mesma sala....**61** que é na verdade, um auxilia o outro.....Por que um ainda está aprendendo Libras, eles não sabem nem Libras.

63 Então, a dificuldade dele é muito maior.

E: 64 Eles são filhos de pais ouvintes?

P2: 65 Isso..... e eles como o José desenvolve mais ainda.....**66** ele consegue fazer algumas atividades, eu já avalio ele, pelo que ele faz, **66** não só pelo fato dele ser um aluno com necessidades especiais e devo dar 7,0 (sete).....

67 Eu já avalio ele pela forma que ele participa, pelo desenvolvimento das poucas palavras que ele já consegue escrever, **68** pela participação dele e envolvimento em sala de aula.....**69** tudo isso é avaliado.

70 Já o Jorge é complicado....**71** porque ele não sabe nem a Libras. **72** Eu tenho dificuldade de como avaliar o Jorge, pedagogicamente eu não consigo.

E: 73 O que seria necessário para que o aprendizado do aluno surdo seja relevante?

P2: 74 Precisariam do envolvimento de todos, **75** não só do professor que tem que ir atrás.....**76** não adianta.....**77** porque nos estamos inserindo nesse contexto. **78** E mais alunos especiais vão aparecer, **79** de diferentes formas.....**80** várias

divisões....**81** e eles vão aparecendo e nos precisamos nos adaptar a eles. **82** Só que também sem ajuda, a gente não consegue.....**83** tem que ter suporte.

E: 84 Da SEMED ou do mediador?

P2: 85 Sim, da SEMED, dos pais, da comunidade, dos colegas, de tudo....**86** senão eles nunca vão conseguir ser inseridos.

87 A inclusão, eu vejo ela como uma frase.....**88**INCLUSÃO..... **89** Ela é um projeto.

90 Mas acontecer de fato, **91**eu não vejo essa inclusão acontecendo.

92 Por que, pra ela acontecer.....**93** é preciso que todos estejam interagidos...**94**não adianta colocar um aluno dentro de uma sala de aula e dizer que ele está incluso.

95Sendo que ele necessidades especiais e dentro da necessidade dele, **96**ele precisa de um tratamento diferenciado.....**97**e esse tratamento ele não acontece.

E: 98 E já foi solicitado um intérprete, um mediador?

P2: 99 Sim, já foi solicitado desde o ano passado, todo ano a escola solicita, todo semestre a escola renova essa solicitação.....**100**só que tem coisas que são deixadas pra depois....**101**até, então nunca tivemos.

102 A P1 não tem como, se ela ir pra sala de aula, pra ficar como interprete do Jorge e do José, **103** ela deixa todos os outros que estão precisando dela na mão.

104Então, ela precisa ficar naquele espaço dela, onde os alunos tem um horário pra ir até ela.....**105** que ela pode auxiliar, que ela pode ensinar Libras....**106** que ela pode tentar fazer com que eles já reconheçam algumas palavras, já em português.

107 Por que, o trabalho que ela já está desenvolvendo com o Jorge, **108** como ele já sabe Libras.....**109** agora ela está tentando ensinar português, **110**é engatinhando mesmo.....**111**é.....**112**alfabetização.

113 Eu tenho ele na turma do 6º ano.

114 Os alunos do 6º ano já chegam alfabetizados, já sabem ler, escrever. **115** pra desenvolver um trabalho de fato.....**116** e o Jorge tá lá no 6º ano justamente por causa dessa lei que tem....**117**que vai aprovando.....**118** ele não pode ser reprovado.

119 Mas o conhecimento ele não tem, hoje ele sabe Libras. **120**Já o José nem Libras ele sabe, **121**está aprendendo Libras.....**122** mas tá lá no 6º ano**123**entendeu, isso é que eu falo que a inclusão ela não existe.

124 Por que a inclusão é que ele teria as mesmas condições.....**125**né.

126 Ele está aqui, pra ele ter as mesmas condições, **127**precisaria de um interprete.... **128**ele precisaria de um professor que era bilíngue..... que seja interpretee também ensine o portuguêse também as outras áreas pra ele.

129 De alfabetização, ele precisaria ter isso desde a base.....**130**e até porque desde a base é mais fácil deles aprenderem.

131Por que, quanto mais o tempo vai passando, vai dificultando pra essas crianças.

E: 132 Nesse caso, a maior dificuldade de serem filhos de pais ouvintes?

P2: 133 Sim, é difícil a comunicação e também aceitação.

134 têm pais que não aceitam que o filho é daquele jeito e ficam protelando.....**135**eles não procuram, eles não vão atrás de ajuda, tratam como se fosse normal.....**136**que é o que acontece, a gente isso.

E: 137 Ou seria pela falta de conhecimento?

P2: 138 Isso, pela falta de conhecimento e outros por não aceitação.....**139**tem casos e casos....**140**nós temos aqui alunos que foram abandonados pela mãe, que não aceitou, preferiu deixar com a família do pai.

